



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR		
EVENTO: Audiência Pública	Nº 1150/07	DATA: 09/08/2007
INÍCIO: 09h38min	TÉRMINO: 12h48min	DURAÇÃO: 03h10min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 3h10min	PÁGINAS: 59	QUARTOS: 38

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

RODRIGO COLLAÇO - Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros — AMB;  
WALDEMAR ZVEITTER - Grão-Mestre da Grande Loja Maçônica do Estado do Rio de Janeiro;  
JOSÉ CARLOS COSENZO - Presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público — CONAMP;  
CARLOS MÖLLER - Presidente do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil;  
YARA LOPES DEPIERI - Diretora do Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados;  
FERNANDO NEVES - Representante da Comissão Brasileira de Justiça e Paz da CNBB e da Ordem dos Advogados do Brasil;  
PAULO TADEU - Deputado Distrital, representante da União Nacional dos Legislativos Estaduais — UNALE;  
EDYLCÉA TAVARES DE PAULA - Conselheira da OAB do Distrito Federal;  
THEMÍSTOCLES PINHO - Diretor do Rotary Internacional;  
WILSON FILOMENO - Secretário-Geral da Confederação da Maçonaria Simbólica do Brasil;  
FERNANDO RIBEIRO - Representante do Movimento Nacional Brasil Sem Aborto.

SUMÁRIO: Estratégias para difusão, na sociedade, dos princípios, conceitos e comportamentos éticos.

OBSERVAÇÕES



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Declaro aberta a 13ª reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados.

Senhores, esta audiência pública, proposta pelo Deputado Paulo Piau, tem por objetivo discutir as estratégias para difusão, na sociedade, dos princípios, conceitos e comportamentos sobre ética.

Convido para compor a Mesa o nobre Deputado Paulo Piau (*palmas*); o Dr. Rodrigo Collaço, Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (*palmas*); o Dr. Waldemar Zveiter, Grão-Mestre da Grande Loja Maçônica do Estado do Rio de Janeiro (*palmas*); o Dr. José Carlos Cosenzo, Presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (*palmas*); o Dr. Fernando Neves, representante da Comissão Brasileira Justiça e Paz e a Ordem dos Advogados do Brasil (*palmas*); o Deputado Distrital Paulo Tadeu, representante da União Nacional dos Legisladores Estaduais (*palmas*); a Dra. Edylcéa Tavares Nogueira de Paula, Conselheira da Ordem dos Advogados do Brasil — Distrito Federal (*palmas*); o Sr. Themistocles Pinho, Diretor do Rotary Internacional (*palmas*); o Pastor Carlos Möller, Presidente do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil (*palmas*); o Sr. Aderlon Francisco de Assis Gomes, representante do Distrito Múltiplo do Lions Internacional (*palmas*); e a Sra. Yara Lopes Depieri, Diretora do Centro de Informação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados (*palmas*).

Srs. Deputados, minhas senhores e meus senhores, por solicitação do Deputado Paulo Piau, estamos realizando esta audiência pública. Toda a sociedade brasileira sabe o que passamos no Congresso Nacional, nos últimos 2 anos. Tivemos a maior crise da nossa história: crise política, crise moral, crise de comportamento. E o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar cumpriu a sua obrigação.

Houve cerca de 100 processos: em relação aos mensaleiros, aproximadamente 20; aos sanguessugas, 69; além de outros. Quatro Deputados foram cassados; outros foram punidos de outra forma. Quase todos os Parlamentares que compunham o grupo dos sanguessugas perderam a eleição. Dos 69, apenas 5 voltaram para esta Casa.

Nós tentamos, de todas as formas, fazer um trabalho decente, honrado e dar uma satisfação à sociedade brasileira. E agora, quando novamente montamos o



Conselho de Ética nesta Legislatura — fui reeleito Presidente —, chegamos à conclusão de que haveria necessidade de fazer um trabalho diferente. Não estamos aqui só para julgar companheiros, julgar Deputados. Precisamos ter um contato com a sociedade brasileira. No mês de outubro, vamos fazer um grande simpósio nacional sobre ética na política, ética em todos os setores da atividade, enfim, ética na vida da sociedade brasileira.

Infelizmente, percebemos que, em quase todos os setores de atividade, a palavra “ética” não existe mais. Então, vamos fazer uma grande campanha nacional. Esta audiência pública, na realidade, é para preparar esse simpósio. Foi uma idéia muito boa do Deputado Paulo Piau fazer o primeiro contato com a sociedade brasileira e promover uma campanha no sentido de modificar o que existe no País.

Na última campanha eleitoral, nós, Parlamentares, fizemos uma campanha pedindo a participação da sociedade brasileira no processo eleitoral, porque isso ainda não existe. E aquelas pessoas que não participam também não têm o direito de reclamar. Quantas e quantas vezes, as pessoas eleitas, vêm para a Câmara dos Deputados, mas não representam a sociedade. Houve Deputados que receberam milhões de votos. Só para os senhores terem uma idéia, um Deputado teve 1,5 milhão de votos, e com ele vieram mais 5 Deputados — alguns com apenas 300 votos; não representavam a sociedade. Por incrível que pareça, esses 5 Parlamentares estavam envolvidos na questão dos sanguessugas. Então, não representavam a nossa sociedade.

Esta audiência pública é muito importante para nós. É o primeiro contato dos Parlamentares do Conselho de Ética com a sociedade brasileira.

Vou passar a palavra ao nobre Deputado Paulo Piau. S.Exa. indicará os expositores de hoje.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIAU** - Bom-dia a todos. Queremos ouvir mais e falar menos.

Cumprimento a Mesa, na pessoa do nosso grande Presidente, que tem reputação ilibada. Aliás, eu, que sou principiante, tive uma surpresa: há uma enorme quantidade de gente boa nesta Casa. É claro que aqueles que deturpam a vida acabam sobressaindo mais, sendo mais focados pelos holofotes da imprensa. O



Deputado Ricardo Izar é uma dessas pessoas que tivemos a agradável surpresa de encontrar no Parlamento.

Agradeço a todos a presença e a confiança. Sei que algumas instituições tiveram dúvidas em relação à sua presença nesta reunião, exatamente pelo fato de a Casa estar com a imagem bastante desgastada. Eu dizia, ontem, numa oitiva com um Parlamentar que é acusado, que nem sei se esta Casa ainda tem imagem — é claro que se trata de força de expressão. Esta Casa é a base da democracia, sem dúvida alguma.

Só para dar o tom do nosso pensamento neste encontro, afirmo que o Brasil é nosso. Tem havido um grande negativismo, uma grande descrença, mas ele é nosso. É claro que o País está como um trem descarrilhado. Temos a obrigação, como brasileiros, de colocá-lo nos trilhos. Essa é a missão de todos, da sociedade, do Governo.

Sr. Presidente, estou convicto de que temos de começar a solucionar os problemas na Casa do povo. A Câmara dos Deputados é efetivamente a casa do povo brasileiro. Não importa que ela esteja com a imagem desgastada; o pior é se deixar de existir. Então, temos de recuperá-la, com certeza. E só há um caminho para isso: educação no sentido mais amplo possível, não apenas educação formal.

Esperamos que, neste encontro, seja apresentada uma proposta relacionada à educação, à conscientização da sociedade brasileira pela ética. São muitas as forças contrárias. Nos 500 anos de Brasil, só temos 100 anos de República. Antes disso, o País estava sob o domínio de Portugal. Temos apenas 22 anos de democracia ininterrupta. Significa que o Brasil já tem 500 anos, mas a democracia é nova.

Vivemos um conflito muito grande. O que me dá força para estar neste Parlamento, com a crença de que o nosso Brasil tem jeito, é o fato de estarmos numa transição efetiva. Outros países também viveram a confusão, a anarquia que presenciamos hoje. Estamos vivendo, na minha avaliação, a fase da anarquia. Quanto mais rápido passarmos por essa transição, mais rápido veremos um Brasil diferente.

Há também o episódio da globalização, que nada mais é do que conhecermos todas as culturas de todos os povos. Isso aumenta o nosso conflito. Estamos



formando o Brasil do “eu”. Precisamos formar o Brasil do “nós”. Precisamos formar uma sociedade solidária e não uma sociedade solitária. A lei que impera neste País é a lei do mais forte. Está aqui o Dr. Rodrigo. Sabemos, por meio da imprensa, que demanda de pobre não chega no Supremo Tribunal Federal, nossa Corte máxima. Então, neste País não há nem justiça para os homens. Como disse João Paulo II, todos queremos a paz, mas poucos querem fazer justiça.

Com muita expectativa, quero dizer que o mau exemplo das autoridades brasileiras, mostrado pela mídia, tem trazido a impunidade, a desesperança, o vício — transformando-se em algo mais importante que a virtude —, a insegurança, a injustiça, a instabilidade e até, por que não dizer, o canibalismo entre as pessoas. Então, temos de transformar esse círculo vicioso num círculo virtuoso.

Sr. Presidente, o povo brasileiro espera que o Congresso Nacional seja diferente da sociedade. Mas isso é querer a ditadura. Estou convicto de que esta Casa não mudará se não mudarmos o povo brasileiro. Então, para mim, é uma falsa expectativa. O povo pode ter pouca educação, pouca cultura, mas ele pode ser ético. É colocar o coletivo acima dos interesses individuais. Temos a obrigação de mostrar isso a ele.

A concepção desta audiência é ouvir as instituições que estão lutando pela ética. Nós convidamos as mais importantes, e elas estão presentes.

No final deste trabalho, talvez possamos traçar uma estratégia para educação e conscientização pela ética. Temos uma proposta a apresentar. Quem sabe começaremos aqui um pacto social pela ética? Os direitos humanos tornaram-se pacto social mundial, assim como o meio ambiente. Espero que também consigamos fazer o pacto social pela ética.

As eleições americanas deste ano já têm a ética como pano de fundo. Portanto, não tenho dúvida de que isso vai se transformar num movimento mundial também.

O Presidente já falou do seminário de outubro. Estamos fazendo praticamente uma preparação para esse seminário mais completo, trazendo experiências internacionais também, quer dizer, como os países conseguiram se encontrar. Mas o dia de hoje é de extrema importância para nós, porque é aqui que vamos traçar os rumos do comportamento desta Casa — evidentemente, interagindo com a



sociedade —, para ver se lá na ponta da linha conseguiremos atingir a consciência do povo brasileiro em relação à importância da luta pela ética.

Obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Concedo a palavra ao Juiz Rodrigo Collaço, Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros. S.Exa. dispõe de 10 minutos.

**O SR. RODRIGO COLLAÇO** - Bom-dia a todos.

Inicialmente, cumprimento o Sr. Presidente, Deputado Ricardo Izar, e o Deputado Paulo Piau. Para a AMB — Associação dos Magistrados Brasileiros — foi uma honra receber este convite. Saúdo-os pelo esforço, pelo trabalho que realizam — todos nós, brasileiros, devemos reconhecê-lo.

Afirmo que nós, da AMB, somos do Judiciário, somos mais ou menos sócios em relação a esse problema de imagem que atinge o Parlamento. Também temos um grave problema de imagem perante a sociedade. Mas, da nossa parte, não tivemos nenhuma dúvida em acolher o convite, porque, com nossa interlocução, com nosso trabalho perante a Câmara dos Deputados, somos testemunhas de que há muitos Parlamentares sérios, muitas pessoas interessadas em corrigir os rumos do Brasil. Precisamos apenas somar, juntar esses esforços que são desenvolvidos de forma esparsa, muitas vezes — isso acaba prejudicando —, para que cheguemos a um resultado positivo, que todos esperamos: a prevalência da ética nas relações sociais, nas relações do Estado, e assim por diante.

Homenageio todos os integrantes da Mesa, nas pessoas do Dr. Fernando Neves, representante da OAB e da CNBB — como Ministro do TSE e em todas as funções que ocupou, sempre contribuiu muito para a seriedade das instituições políticas no Brasil —, e do Dr. José Carlos Cosenzo, representante do Ministério Público, que também tem dado grande contribuição ao País.

Para nós, do Judiciário, falar de ética é uma tarefa que está muito ligada à nossa função. Na medida em que a sociedade evoluiu e que essa evolução levou a que a lei do mais forte, a que fez referência o Deputado Paulo Piau, fosse deixada de lado e, em vez da prevalência da lei do mais forte, atribuíssemos a uma instituição do Estado a solução dos conflitos existentes na sociedade, temos de admitir que a própria idéia da existência do Judiciário, a própria idéia da criação do



Poder Judiciário procura estabelecer, para a relação da sociedade, princípios éticos, porque se tira a força daquele que é o mais forte, e só por isso tem condições de fazer prevalecerem seus interesses, e se coloca essa força, esse poder coercitivo na mão do Estado, que seria um terceiro distante desses interesses, desses conflitos que surgem no âmbito da sociedade. Esse Estado, então, distante, independente, teria condição de encontrar sempre a solução mais justa, que pudesse harmonizar o conflito social.

Essa é a idéia da existência do Judiciário. Essa é a idéia da existência da Justiça. Isso nos traz uma responsabilidade muito grande, evidentemente, porque temos de admitir que, aceita essa idéia, a decisão judicial deve produzir justiça entre as partes; e, produzindo justiça entre as partes, ela faz triunfar a ética. Mas, um pouco mais do que isso: temos de admitir que as decisões judiciais, no caso concreto, também têm um conteúdo de convencimento geral da sociedade.

Quando o Poder Judiciário se manifesta, estabelecendo que tal comportamento é o mais justo, essa decisão não se limita às partes envolvidas, mas acaba valendo como indicativo de um comportamento correto para toda a sociedade.

E qual é o problema que temos de admitir que existe, da parte do Judiciário, em relação a esse papel que justifica a existência do próprio Poder?

Na minha visão, o que há de mais sério, de mais grave é que o Poder Judiciário brasileiro não tem conseguido produzir decisões judiciais em tempo razoável. Não tem conseguido produzir decisões judiciais definitivas que cumpram esse papel pedagógico de implantação da ética em relação às partes, em relação à toda a sociedade. Esse parece ser o grande problema e o grande sentido do desgaste de imagem do Poder Judiciário.

As pessoas, de maneira geral, no Brasil, têm a visão de que não adianta ir ao Judiciário, porque a decisão final será muito demorada ou, como demonstramos recentemente, não chegará a se concretizar, em relação a quem detém foro privilegiado — estudo da AMB demonstrou que os julgamentos não ocorrem. Em vista disso, é preciso recuperar a capacidade de o Judiciário cumprir o seu papel de produzir essas decisões.



Isso parece simples. Como disse o Deputado Paulo Piau, em princípio, não enxergaríamos adversários de um Judiciário que fosse eficaz, rápido, eficiente. Quem, em tese, seria contra um Judiciário efetivo, que julgasse as causas rapidamente? Em princípio, nenhum de nós tenderia a acreditar que existem adversários, nessa causa, de uma Justiça atuante, de uma Justiça rápida. Mas a realidade, infelizmente, não é essa, porque o próprio mau funcionamento do Judiciário serve e se presta a muitas pessoas que não têm compromisso com a ética. Mas esses valores que estão em jogo não são, muitas vezes, algo simples de se resolver. Há por trás deles questões intrincadas.

Como a Mesa é eclética e as pessoas terão oportunidade de fazer abordagens diferentes, quero centrar bem a minha manifestação em temas relacionados ao Judiciário.

Afirmo que o Judiciário tem condições, pela sua função, de contribuir decisivamente para a ética no País, inclusive do ponto de vista educativo, porque as decisões judiciais têm conteúdo moral, impositivo moral para toda a sociedade. E nós não temos cumprido esse papel, porque tem sido muito difícil o Judiciário produzir decisões em tempo oportuno. Quero abrir um parêntese e dizer que a nossa tarefa não é fácil, num mundo real. Devemos ter consciência dessa dificuldade, levando em conta o mundo instantâneo, o mundo real.

Segundo nosso Código de Processo Penal, se o processo criminal tramitar sem nenhum incidente, deverá terminar em 81 dias. No mundo real em que vivemos, se o processo criminal andar da forma mais notável, sem nenhum tipo de incidente, cumpridos todos os prazos processuais — se houver um fato criminoso e uma decisão judicial no espaço de 81 dias —, já teremos aí um sentimento de impunidade, porque esse tempo do mundo real é aquele em que a imprensa, muitas vezes, apura o fato e até se antecipa nas conclusões finais. Esse fato é julgado pela opinião pública em 2, 3 dias e a decisão judicial vem depois de 81 dias — a sociedade acaba enxergando aí um espaço de impunidade, de falta de eficácia, de falta de eficiência do Judiciário.

Nós não podemos tratar de todos os temas, mas quero deixar registrado um ponto. Quando olhamos o cenário jurídico, perguntamos: *“Por que, então, o Judiciário tem tanta dificuldade em produzir decisões judiciais que sejam definitivas*





*e que, por isso, podem servir como um caminho ético, um caminho justo para a sociedade, para as partes?”* Temos, na minha visão, sem dúvida alguma, excesso de recursos processuais. A possibilidade de a parte vencida protelar sempre a decisão final se consubstancia no maior impedimento para que a Justiça cumpra o seu papel de implantação de uma sociedade mais justa e mais ética. Isso, dito dessa forma, parece simples. Mas não é tão simples assim, porque o recurso processual, a possibilidade de a parte recorrer também tem um sentido ético. Para quem não é do ramo, para ficar mais compreensível, há necessidade de que alguém que tem um direito e o coloca sob a apreciação judicial de um juiz de primeiro grau e tem esse direito negado tenha a oportunidade de ver reapreciada sua pretensão. Isso é comparável à situação que enfrentamos quando vamos a um médico e ele dá um diagnóstico muito grave do nosso quadro de saúde e nos recomenda uma cirurgia. Dificilmente alguém deita diante do médico e diz: o senhor pode me operar. Ninguém faz isso. Diante de um diagnóstico grave, procuramos buscar a confirmação desse diagnóstico com outro médico, ou com uma junta de médicos, ou com médicos que presumimos serem mais experientes e mais capacitados.

Em relação ao Judiciário, esse é o sentimento ético da existência do nosso sistema recursal. Eu penso que tenho um direito; apresento-o a um juiz de primeiro grau; esse juiz nega o meu direito. É natural que eu diga: *“Acho que, eventualmente, esse direito não foi bem apreciado. Eu quero, novamente, que a minha causa seja apreciada não apenas por um juiz, mas por um grupo de juízes com mais tempo de carreira, mais experientes”*. Esse é o sentido ético do recurso. Não temos nada contra isso. O problema é que há um desequilíbrio nesse confronto de ética — se pudermos chamar assim. Quer dizer, é necessário que o Judiciário produza decisões judiciais que sejam justas para a relação entre as partes e, assim, sirvam de indicativo de conduta ética para toda a sociedade. Esse sentido ético da função do Judiciário está prejudicado por um alargamento exagerado, na minha visão, do sentido ético da possibilidade recursal. Voltando àquele exemplo que citei, do médico, é como se aquele cidadão doente, que recebeu o diagnóstico de uma doença grave, procurasse o segundo médico, o terceiro, o quarto, o quinto e não iniciasse o tratamento. Não seria resolvido o seu caso de saúde. Em relação ao Judiciário, é mais ou menos isso que ocorre. Quer dizer, ele recorre a primeira vez, a



segunda, a terceira. E nós estamos privilegiando o sentido ético do recurso processual, na minha visão, de forma desproporcional, quanto à função primordial da Justiça, que é o julgamento dos casos em tempo razoável e, com isso, a afirmação de princípios que podem ser seguidos por toda a sociedade, tornando as nossas relações sociais seguramente mais justas.

Então, o esforço da AMB tem sido nesse sentido. Talvez tenha sido por isso que nós fomos convidados para participar desta reunião. Lançamos uma campanha pela simplificação da linguagem jurídica, para tornar o funcionamento do Judiciário mais compreensível pelo cidadão. Temos participado de tratativas de reforma da legislação processual, de movimentos pela ética na política, de movimentos para melhorar a ética nas eleições, dentro da concepção de que, além de caber ao juiz o papel de aguardar passivamente o processo para julgar, ele tem um compromisso maior com a sociedade. À medida que identifica problemas para cumprir a sua função, que é ética, da Justiça, o juiz e a corporação do Judiciário devem se empenhar para remover todos esses obstáculos, para que esse papel que foi pensado, que foi idealizado para a existência do Poder Judiciário seja cumprido a contento.

Afirmo que a visão da AMB, diante da Mesa eclética, é centrar a questão da ética no papel do próprio Judiciário. Devemos reconhecer que não desempenhamos na plenitude esse papel, de acordo com a Constituição. Mas precisamos assumir um compromisso com o Conselho de Ética, com o grupo de Parlamentares que julgamos interessado, ético, que quer também a transformação do País. Nós viemos aqui para nos somar a essa iniciativa e nos colocar à disposição para o evento, em outubro. Na nossa concepção, essa idéia é muito oportuna. Temos de imaginar que esse movimento de ética... A *TV Câmara* me perguntava, há pouco, se a ética deve começar pela postura dos homens públicos ou se deve vir da sociedade. Quando a exigência de um comportamento ético vier da sociedade para as instâncias públicas, nós teremos, sem dúvida alguma, a redução do espaço daqueles que enxergam a função pública como um meio para satisfazer os seus interesses pessoais e não para a realização do bem comum, dos interesses maiores da população.

Então, nós somos parceiros. Estamos à disposição. Seguramente os senhores encontrarão na AMB uma companheira de luta para levar para a



sociedade esse desejo, essa necessidade de nós termos um Brasil mais justo e mais ético.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Passo a palavra ao Dr. Waldemar Zveiter, Grão-Mestre da Grande Loja Maçônica do Estado do Rio de Janeiro.

Cada orador terá 10 minutos.

**O SR. WALDEMAR ZVEITER** - Sr. Deputado Ricardo Izar, Presidente da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados; senhores palestrantes; demais autoridades da Mesa: peço permissão para saudá-los nas pessoas dos sereníssimos Grãos-Mestres das Grandes Lojas dos 26 Estados do Brasil e do Distrito Federal aqui presentes, que vieram participar desta sessão, com muita honra, atendendo ao convite a eles formulado. Agradeço a todos aqueles que houveram por bem indicar-me para representá-los. (*Palmas.*) Procurarei fazê-lo dentro das minhas modestas possibilidades.

Permitam-me, primeiro, enumerar, ainda que em apertada síntese, os princípios pelos quais se rege a Maçonaria.

A Maçonaria, na sua iniciação, tem por objetivo tornar o homem um novo ser, apto a integrar-se na filosofia do humanismo, capacitando-o à compreensão da universalidade da cor e da fé religiosa, levando-o ao entendimento de que pertence a uma mesma e única humanidade.

De todos os deveres iniciáticos do maçom, avulta aquele de buscar eficiência para espargir os ensinamentos maçônicos entre os que os desconhecem, visando a um trabalho objetivo pelo bem-estar e o progresso da humanidade. Assim, passam a compreender finalmente que, se não podem obter a resposta sobre sua origem e o destino de seu porvir, sabem para que e por que vieram.

Sabem os maçons que vieram e vivem, sem descurar do seu próprio aperfeiçoamento, enfrentando os embates que a luta pela vida apresenta, para propagar, pelo exemplo e pela palavra, os princípios da Maçonaria. Estes, entre outros, em síntese, proclamam que um povo só é escravo quando desconhece a própria força, por lhe faltar a coragem de libertar-se; que a doutrina maçônica se contém inteira na asseveração do amor ao próximo, sedimentada sua moral na



prática da solidariedade e da caridade a todos os seres humanos; que o maçom honra sua pátria, dispondo-se a entregar a sua vida pela preservação de sua integridade e de seu povo, jamais se constringendo de propagar as verdades maçônicas sem qualquer temor e onde quer que sejam úteis.

Explicitados tais princípios, pode-se afirmar também, sinteticamente, a compreensão sobre a ótica maçônica do que sejam a ética e a política.

Existe no Brasil, em alguns segmentos da sociedade, um perigoso distanciamento entre ética e política. Há uma percepção difusa de que as 2 não se complementam, constituindo-se em universos distintos. A ética, assim, isoladamente, não teria espaço no mundo político. Contudo, a ética é uma instância que, tática e estrategicamente, deve se subsumir na política.

Consoante a doutrina da Maçonaria, o pensamento ético deve forjar o sistema de valores que fundamenta uma sociedade justa. A política, assim, deverá ser aplicada eticamente à sociedade. Por isso, nem a ética nem a política podem ser monopólio de grupos ou instituições.

Sabe-se que o planeta está ameaçado pelo desequilíbrio das ações humanas em relação ao meio ambiente. Durante séculos essas ações se desenvolveram, como se todos os recursos fossem inesgotáveis. Neste decisivo século XXI, a sociedade está diante de desafios que em nenhuma época anterior enfrentou: a acelerada degradação do planeta, a crescente ameaça ao processo civilizatório e, talvez, o fim da humanidade como a conhecemos hoje.

Exige-se, hoje, de cada nação e de cada ser humano uma mudança de paradigma. Ou se muda de rumo agora ou se legará às gerações futuras um mundo à beira do abismo. Exige-se mais. Para reverter esse quadro, precisa-se de uma nova política ambiental e, acima de tudo, de uma bioética, uma ética da vida. Só a atividade ético-política pode lutar mundialmente pela sobrevivência do planeta. No campo político, todos sabem, a democracia renova-se, juntamente com a renovação da sociedade, periodicamente.

Um rápido olhar sobre a história do País revela que a democracia pode ser suprimida pelas circunstâncias do momento, utilizada por grupos de poder que confundem o público e o privado, manipulada por interesses que atropelam a ética por objetivos subalternos.



De acordo com eminentes teóricos, a democracia é, antes de tudo, o regime político que permite aos atores sociais formarem-se agindo livremente. São os seus princípios constitutivos que comandam a existência dos próprios atores sociais. Por isso, três princípios, segundo nossa ótica, são básicos para reger o projeto democrático: o reconhecimento dos direitos fundamentais, que o poder deve respeitar; a representatividade social dos dirigentes e de sua política; e a consciência de cidadania extraída do fato de pertencer a uma coletividade fundada sobre o direito.

Quanto aos direitos fundamentais, quando não vividos nem como direitos, nem como fundamentais, sabe-se que se instaura a corrosão das instituições que alicerçam o Estado Democrático de Direito, pondo em risco a própria governabilidade. Registre-se que, por conta desse estado de coisas, podem faltar recursos para educação, saúde e segurança pública, para recuperação e construção de estradas, proteção do meio ambiente e dos recursos naturais e tantos outros bens que a Nação reclama e deseja. Portanto, a eventual falta de ética e moralidade no trato da coisa pública propiciaria clima de desesperança e descrédito, o que anunciaria desastres iminentes. As duas últimas tragédias aéreas afiguram-se, na modesta forma de ver dos maçons, bastante representativas do estado de espírito que tomaria conta da Nação se não se retomasse de imediato, como feito, o eixo de equilíbrio entre as estruturas da República, para restabelecer o bem-estar do povo. Essa retomada se dá por representatividade real, necessariamente fundada na ética.

Hoje, neste exato momento em que estamos aqui falando e reunidos, milhões de pessoas não saberiam dizer o nome do Vereador ou o número do Deputado Federal em quem votaram nas últimas eleições. Caso dissessem o nome ou o número, dificilmente poderiam explicar, de forma clara, a plataforma do candidato. Caso fosse lembrado o nome e explicitada a plataforma, não saberiam dizer o que o eleito teria feito ou faria com o mandato que lhe fosse democraticamente outorgado nas urnas. Existiria, assim, por parte dos eleitores, uma falta de comprometimento com seu próprio gesto, um gesto ao mesmo tempo individual e coletivo, fundamental e democrático no exercício da cidadania participativa.

Por outro lado, os eleitos, quando exercitassem livremente o mandato, sem cobranças e sem acompanhamento, poderiam eventualmente se entregar a uma



representação teatral, que transformaria instituições veneráveis em palco para os holofotes da mídia, verberando palavras vazias a ouvidos desatentos. Assim, quando a representação não cumprisse seus objetivos básicos, o teatro e a política nada teriam a ganhar, e os representados teriam tudo a perder. O povo perderia. Dessa forma, a representação social se tornaria uma farsa e o ato democrático cairia no vazio. Como em tal situação raramente existiriam motivos para aplausos, as vaias que ressoariam no teatro, nos aeroportos ou nos estádios repercutiriam uniformemente sobre os próprios atores sociais, os eleitos e os eleitores. Tudo ficaria em suspenso até a próxima convocação das urnas, o que, por argumento, poderia resultar em mais do mesmo, fato que reiteraria o ciclo vicioso de esperanças que se perderiam e das promessas que jamais se cumpririam.

Para escapar desse ciclo vicioso, seria urgente que as eleições se constituíssem num momento propício para que se realizasse expressiva modificação no quadro político com respeito à coisa pública, através do voto, que se depositaria em nomes capazes de ouvir e atender o clamor público, tudo sem exclusão das medidas administrativas e judiciais que visassem exemplar punição daqueles que eventualmente corrompessem sua representatividade quando eleitos e como feito por esta Casa e muito bem lembrado aqui, no início dos trabalhos, pelo eminente Presidente Izar, que nos dirige nesta assentada.

Respeitados e cultivados assim os direitos fundamentais, valorizada a representatividade, há de cuidar-se da cidadania. Sob a ótica maçônica, nesse sentido, pode-se afirmar que se canta o Hino Nacional com orgulho e patriotismo e, indubitavelmente, ama-se o Brasil, porém se sabe que milhões jamais leram a Constituição Federal, milhões desconhecem a lei e só entram em contato com ela através do policial da esquina, momento em que têm a oportunidade de clamar que a lei é injusta, brutal ou corrupta. Milhões são inocentes antes de ultrapassar o sinal fechado, e, por desatenção ou simples desconhecimento da lei, ninguém é culpado, todos se pressupõem inocentes, até prova em contrário, diante dos seus próprios atos.

Todavia, para a maçonaria, há de educar-se a população. E aí a palavra-chave já repetida aqui — e eu a repito também com bastante ênfase: educar-se a população, insistindo para que compreenda a responsabilidade de cada



um diante de si mesmo e dos outros diante da lei, da Justiça, do direito de ir e vir, da busca da felicidade, conscientizando-a de que o paternalismo e o clientelismo se constituem ameaça à própria cidadania. É preciso esclarecer, pela educação, ao povo que fugir ao compromisso com a própria cidadania é mais que uma fuga. É ajudar a alimentar a corrupção dos valores necessários para construção de uma sociedade mais justa, mais equilibrada e mais harmoniosa.

Os maçons pregam que se há de colher no plano coletivo o que se planta no plano individual, que para se denunciar o sistema há de se ter consciência de que, como seu integrante, deve se proporcionar os meios para sua melhoria. É preciso como eleitores saber cobrar dos políticos o cumprimento do programa com o qual foram eleitos pelo voto do povo. Ao se delegarem poderes, há de se manter o vínculo com esse poder porque todos são atores principais do espetáculo.

Por isso, para se aplaudir ou vaiar, não se o pode fazer como simples espectador, mas como co-partícipe das ações, impondo-se encontrar meios para que não existam vaias, às quais haverão de se sobrepor, numa sociedade justa, os aplausos. É preciso que, no mundo, os fins sejam alcançados em estrita obediência aos princípios, sem os quais não haverá espaço para o processo construtor da sociedade. Por isso, mais do que nunca, é preciso vincular política e ética, ação social e participação. Só assim será possível escapar do círculo vicioso dos eventuais atos inconstitucionais e descompromissados, para o círculo virtuoso dos atos comprometidos e conscientes. Só assim será possível o saneamento da vida pública quando necessário, com a retomada do verdadeiro sentido de cidadania, com absoluto respeito à coisa pública, às leis, aos mais altos interesses do Brasil, como determina a Constituição Federal.

Os atos livres e soberanos dos homens e das mulheres é que são a fonte dos valores, e o maior de todos os valores é o ser humano integrado e realizado. Essa é, acima de tudo, uma questão ética. E a ética deve ser o imperativo da política e da própria vida em sociedade. E para chegar a essa conclusão não é necessário buscar inspiração na altas e rarefeitas esferas do pensamento humano. Basta caminhar entre o povo para colher idêntica lição de sabedoria. Essa reflexão é encontrada numa rarefeita tradução da experiência dos simples mortais, a dizer: a voz do povo é



a voz de Deus. Por isso, dizem os maçons, é preciso ouvi-la com a mesma atenção dedicada aos maravilhosos e grandes pensadores.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Com a palavra o Dr. José Carlos Consenzo, Presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público.

**O SR. JOSÉ CARLOS CONSENZO** - Bom-dia, senhoras e senhores.

Sr. Presidente, gostaria inicialmente não só de cumprimentá-lo, mas também de registrar que, como membro do Ministério Público e habitante do Estado de São Paulo, conheço sua luta e sua história e posso dizer publicamente que me sinto muito honrado pela conduta que mantém à frente do Conselho de Ética. É realmente uma lição de ética, de respeitabilidade e fundamentalmente de buscar resgatar a moralidade, que estava esvaindo-se, devido aos eternos escândalos que estão acontecendo neste País.

E, falando em eternos escândalos, eu me lembrei de frase da romancista francesa Marguerite Yourcenar. Ela diz que o pior dos escândalos é nos acostumarmos com eles. Tenho certeza de que a maioria de todos esses homens experientes, cientes do que acontece neste País, se começar a enumerar cada um dos últimos escândalos, não vai se lembrar sequer do nome dos personagens, tamanho os fatos que estão acontecendo.

Portanto, Presidente Ricardo Izar, V.Exa. tem meu respeito, minha admiração e fundamentalmente meu reconhecimento por tudo aquilo que tem feito.

Gostaria de registrar também meus agradecimentos ao Deputado Paulo Piau pelo convite feito ao Ministério Público brasileiro, o qual represento e que soma 14 mil membros neste País.

Gostaria de cumprimentar todos os demais integrantes da Mesa, absolutamente eclética. Aqui temos a representação da CONAMP, o Dr. Fernando Neves representa a Comissão Brasileira de Justiça e Paz, vinculada à CNBB, temos a UNALE, a OAB, o Rotary, o CONIC, o Lions e o CEFOR. Muito obrigado a todos pela oportunidade que nos dão.

Gostaria, de forma bem rápida, de analisar também a questão da ética do ponto de vista do Ministério Público e daquilo que estamos sentindo na nossa





instituição. Não é desconhecimento de nenhum dos senhores que a Constituição de 1988 outorgou ao Ministério Público talvez a maior gama de poderes estabelecidos a uma instituição neste País. E, quando o Presidente Ulysses Guimarães disse ao Ministério Público *“estou entregando um cheque em branco. Espero que os senhores saibam usá-lo”*, tínhamos a certeza absoluta de que, se não utilizássemos todos aqueles poderes, certamente eles nos seriam retirados em pouco tempo.

O que posso garantir aos senhores, de acordo com o princípio básico da ética que deve reger a conduta desses homens que representam a sociedade brasileira, é que estamos fazendo de tudo para desenvolver ou pelo menos cumprir esse desiderato. Todavia, estamos enfrentando talvez a maior campanha de resistência à atuação do Ministério Público, porque está enfrentando ou pelo menos está desafiando interesses e às vezes não direitos. Estão em vias de se estabelecer o foro privilegiado, que talvez seja a mais odiosa e a maior excrescência jurídica deste País: o agente político, que busca o voto e é igual a todos os cidadãos, quando se elege exigir um foro específico para se defender, sabendo certamente, como disse Rodrigo Collaço, que os tribunais não têm essa feição, não têm esse comportamento, não têm esse endereço. E a certeza da absolvição, ou pelo menos da impunidade, é absoluta.

Queremos dizer é que, dentro do Ministério Público, fomos os primeiros a buscar o controle externo tanto do Ministério Público quanto do Judiciário. Entendemos que nenhuma instituição deste País pode deixar de ser controlada. E hoje a sociedade brasileira controla o Ministério Público e o Judiciário através do Conselho Nacional do Ministério Público e do Conselho Nacional de Justiça.

Queremos sim. Queremos porque — e aí vem o ponto maior que gostaria de abordar em termos de ética — sabemos que, pela forma como se buscou a modificação da faceta das instituições deste País, temos que brigar diuturnamente pela inserção da ética, como muito bem abordado pelo Presidente Waldemar Zveiter. Sabemos da forma como ocorreram as mudanças — não foi a reforma do Judiciário, foi uma reforma anterior, a da Previdência, que mudou praticamente todas as facetas deste País. Nós tínhamos — e digo nós a magistratura e o Ministério Público — duas alternativas: trazer para a carreira as pessoas com mais experiência, e essas pessoas com mais experiência trabalhariam um tempo menor



na instituição e poderiam aposentar-se. Optamos pela segunda, que seria trazer pessoas mais novas, os jovens, que poderiam, devagarinho, amoldar-se à faceta institucional. Quando se trata de jovem para julgar e jovem para acusar, é evidente que se podem às vezes colocar em risco a segurança e, fundamentalmente, os direitos individuais do cidadão.

Esse é o nosso grande problema hoje, esse é o grande problema da magistratura, esse é o grande problema do Ministério Público em termos de buscar a ética e crescer. Fazer crescer a instituição, sem inchá-la. Buscar uma nova forma, uma nova faceta, buscar uma reengenharia de trabalho, de modo a privilegiar o ser humano. Buscar a qualidade do cidadão, sem que a instituição se torne absolutamente técnica. Afinal, cuidamos talvez dos bens mais tutelados pela Constituição, a liberdade e o patrimônio do cidadão. Aí reside nossa grande responsabilidade, senhoras e senhores.

Fazendo essa reflexão interna, no congresso anterior do Ministério Público, no ano passado, em Minas Gerais, discutimos efetivamente sobre a ética na forma de prestação de serviços do Ministério Público na defesa dos direitos fundamentais.

Sr. Presidente, Deputado Paulo Piau, o Ministério Público e a CONAMP, nossa associação nacional de classe, estão visando a campanha nacional vencedora do Prêmio Inovare, da Fundação Getúlio Vargas e da Fundação Roberto Marinho, que se chama: *O que você tem a ver com a corrupção?*. É um trabalho para o qual estamos conseguindo parceiros em todo o País. Cada promotor de Justiça será um agente divulgador desse trabalho em cada escola — falo talvez para a platéia mais interessada, a que mais poderá favorecer o Ministério Público nesse trabalho. Cada agente do Ministério Público deverá ser um agente transformador da realidade social. Cada Promotor de Justiça irá às escolas, aos bairros.

Em Santa Catarina, no clássico entre Avaí e Figueirense, os jogadores entraram com uma camisa branca em que se lia: *O que você tem a ver com a corrupção?*

Precisamos ensinar a cada criança que, se porventura ela não souber o que é corrupção, amanhã ou depois ela não terá escola, saúde, educação, segurança.

Quero aqui repetir o que disse Montesquieu: os costumes de um povo não se mudam por leis, mas unicamente por educação.



Hoje, passados mais de 4 séculos do descobrimento do Brasil, sabendo que ficamos deformados por uma escravidão legal, não podemos jogar a culpa apenas e tão-somente no poder político. Sei que sofrem os políticos sérios, honestos — há muitos neste Parlamento —, em razão daqueles que realmente vêm denegrir a sua imagem, mas precisamos, como sociedade brasileira, buscar um posicionamento quanto à escolha daquele político. Como bem disse o Dr. Waldemar, se perguntarem em quem votamos para Deputado, para Senador, ou talvez até para Presidente, muitos não se lembrarão. Que dirá para Vereador. Esse é o nosso comportamento e é nossa obrigação.

Como se pretende fazer um grande seminário, Sr. Presidente, Deputado Paulo Piau, o Ministério Público coloca-se à disposição para trazer a sua colaboração, a sua experiência nesse trabalho, fundamentalmente visando reverter esse processo, que talvez não tenha mais fim.

Ontem, participei de congresso em Ribeirão Preto, no qual discutimos sobre a criminalidade organizada. Infelizmente, hoje o Brasil está tornando-se refúgio de grandes bandidos internacionais. Estamos perdendo a guerra contra o crime organizado, porque não temos o material fundamental: a informação antes daqueles que dela precisam. Crime organizado se combate apenas com informação antecipada — os senhores sabem.

Por que fiz essa referência à ética e ao crime organizado? Porque temos de encontrar um modo de fazer com que a sociedade brasileira, a juventude, que a cada ano busca um lugar no mercado de trabalho, mas não consegue — se não sabe quais são os seus direitos, como saberá o que é ética? —, abandone a cultura da corrupção, do poder passar por cima de tudo, de que o que se faz de forma ilícita é o melhor para a sociedade brasileira. Não se pode vender essa ética.

Agradeço a oportunidade e, mais uma vez, coloco-me à disposição para que possamos fazer um grande seminário, apresentando aquilo que efetivamente o Ministério Público está sentindo.

Sinto-me muito honrado com essa grande oportunidade. Muito obrigado.  
(*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Agradeço ao Dr. José Carlos Cosenzo.



Antes de chamar o próximo orador, convido o Deputado Paulo Piau a presidir provisoriamente a reunião. *(Pausa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Paulo Piau) - Com a palavra o Dr. Fernando Neves, representante da Comissão Brasileira de Justiça e Paz da CNBB e da Ordem dos Advogados do Brasil, pelo tempo de 10 minutos.

**O SR. FERNANDO NEVES** - Sr. Presidente, Deputado Paulo Piau, Sr. Deputado Ricardo Izar, companheiros da Mesa, senhoras e senhores, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, e sua Comissão Brasileira de Justiça e Paz, e o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil sentem-se honrados pela oportunidade que lhes é dada de participar desta audiência pública para tratar de tema tão relevante, tão caro a todos nós, brasileiros, a todos os cidadãos, que é a discussão das estratégias para difusão na sociedade dos princípios, conceitos e comportamentos sobre ética.

Preocupe-me em trazer a V.Exas. e ao País o pensamento dessas 2 instituições quanto ao que podemos fazer para difundir aquilo que é necessário na busca de um país melhor, e comecei refletindo sobre o próprio nome da Comissão que nos abriga hoje: Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. Ética e decoro, embora sejam preocupações que vão no mesmo sentido, não são exatamente iguais. Não podemos confundir divulgação da ética e preservação dos valores éticos com punição por falta de decoro.

Vejo hoje que esta Comissão começa a trilhar um caminho muito importante: o de não apenas punir, mas também ensinar.

Foram reiterados os pronunciamentos que aqui ouvi no sentido de que a difusão da ética nada mais é do que educar, o que é fundamental hoje. Não é só educar, é, principalmente, dar exemplo de boa conduta ética. Temos que considerar a ética como o procedimento que gostaríamos de ver respeitado por outras pessoas e que, por isso mesmo, nós também devemos respeitar em relação aos outros. É importante dar exemplo, e ele começa nas escolas, nos lares, nas casas; começa, fundamentalmente, pela informação que chega à casa de cada um de nós. Daí a importância da mídia nesse combate.

Iniciando as sugestões em relação a este seminário, proponho que se encontre uma forma de engajar nesse projeto os veículos de comunicação, como a



ABI, o segmento organizado da mídia, porque é grande a responsabilidade de quem publica a notícia, de quem divulga os fatos, com a responsabilidade de apresentá-los de forma isenta, sem julgamentos precipitados, garantindo sempre o devido processo legal, garantindo sempre o direito de defesa, porque quando a gente tolera uma violência contra uma pessoa de quem a gente não gosta, corre o grande risco de amanhã essa violência se institucionalizar, tornar-se um procedimento habitual, e voltar para cima de nós ou, o que é pior, das pessoas de quem nós gostamos. Porque uma coisa é quando mexem com a gente, outra coisa é quando mexem com a nossa família, com as pessoas do nosso convívio mais íntimo.

O problema da ética hoje, a preocupação com a ética hoje não é só do Brasil. Eu via ontem ainda, na coluna de um conceituado jornalista, uma referência de Gabriel García Márquez, num encontro, parece-me que em Havana, no qual ele contava do livro que estava escrevendo sobre... não um livro de memórias, mas um livro de opinião, com grande preocupação com a política, e faz dessa forma: a impressão é que nós nos acostumamos a perda da ética. E essa preocupação com a falta de indignação, quando nós vemos um total desvirtuamento da conduta correta é que nós temos que impedir que aconteça. Nós temos que continuar a nos indignar, a reagir a esses desmandos, a esses desgovernos.

O nosso País, infelizmente, está acostumado a ver propagandas sobre a Lei de Gerson, ou a utilização no dia-a-dia da máxima de que o fim justifica os meios. Não pode ser assim. Nós temos que entender que não podemos levar vantagem em tudo. Nós temos que entender que só os meios legítimos justificam os fins corretos. Nós não podemos abusar, nós não podemos fugir da linha mestra da boa conduta. A preocupação grande que hoje a CNBB e a Comissão Brasileira de Justiça e Paz — a qual eu tenho a honra de integrar —, assim como a OAB, porque somos parceiros em diversos movimentos, assim como a AMB, somos parceiros de diversos movimentos de ética na política, ética nas eleições, ética na vida pública, ética no exercício da advocacia — é com a banalização, não da ética, não do procedimento ético, mas da palavra ética. Ah, isso é ético, isso não é ético. Hoje é muito fácil falar em ética. Mas vemos muito pouca preocupação com a conduta ética. Daí a importância desse movimento, reafirmo, que busca difundir.



E aí peço licença para mencionar uma experiência pessoal. Fiz parte da Comissão de Ética do Governo Federal durante um certo tempo. Trata-se de uma Comissão — tenho de reconhecer — que tem a sua identidade ainda muito pouco definida pelo Governo Federal, que ainda não sabe bem para que quer essa Comissão de Ética. Mas eu acho — e sempre defendi isso — que a principal obrigação de uma comissão de ética não é punir, é orientar, é encaminhar. E foi dentro dessa preocupação que criamos há algum tempo a rede de ética das empresas públicas e dos órgãos da administração federal.

Hoje temos mais de 200 comissões de ética setoriais criadas, interligadas, começando a conversar, e programas de capacitação de servidores públicos com a conduta ética. Temos, pelo menos uma vez por ano, a realização de seminários sobre ética. Isso, infelizmente, não tem recebido a devida divulgação, mas é um caminho grande a se seguir, porque o ideal nesse caminho, como já disse, não é a punição. Assim como se falou tanto aqui em eleição, o ideal é que a eleição não tivesse processo, que a eleição não tivesse discussão, que a eleição — e olhe que eu sou hoje um advogado com grande atuação na Justiça Eleitoral, o Ministro Zveiter sabe disso. A grande obrigação da Justiça Eleitoral seria fazer o grande sucesso, uma eleição que não tivesse nenhum processo, que corresse sem nenhum problema. E é isso que seria ideal para a Comissão de Ética também: um País em que ela não tivesse que punir ninguém; um País em que a sua orientação fosse observada, em que os seus conceitos fossem aplicados, em que o bom exemplo fosse seguido desde a infância. Isso é fundamental.

Daí eu quero dizer, Sr. Presidente, sem avançar no tempo que me foi dado, que a Ordem dos Advogados do Brasil, através do Conselho Federal e de suas Seccionais em todos os Estados, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil — outros representantes da Igreja falarão aqui também —, a Comissão Brasileira de Justiça e Paz são parceiros. São parceiros nessa tarefa que a Comissão de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados, em boa hora, toma a iniciativa de comandar. Contem com a nossa participação, com a nossa colaboração, e recebam o nosso aplauso.

Muito obrigado. (*Palmas.*)



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Paulo Piau) - Peço à Deputada Marina Maggessi que assuma a condução dos trabalhos por uns instantes. *(Pausa.)*

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Marina Maggessi) - Com a palavra o Deputado Distrital Paulo Tadeu, representando a União Nacional dos Legislativos Estaduais.

**O SR. PAULO TADEU** - Sra. Presidente, demais autoridades da Mesa, meu cordial bom-dia, bem como a todos os presentes a esta audiência pública. Parabeno o Deputado Paulo Piau pela realização deste debate, que vem numa hora importante para a sociedade brasileira. Entendo que é fundamental aprofundarmos esse tema.

Represento aqui a União Nacional dos Legislativos Estaduais, entidade que reúne 27 Casas Legislativas, portanto 26 Assembléias Legislativas e a Câmara Distrital, representando 1.059 Deputados Estaduais e Distritais.

É claro que a situação do Poder Legislativo estadual não é diferente do que ocorre aqui no Congresso Nacional. Nós temos diversos escândalos que afetam a imagem desse Poder em cada Estado, fruto da quebra do decoro parlamentar por diversos Parlamentares. Há, é claro, uma imagem extremamente desgastada da classe política brasileira. Nos últimos anos, a União Nacional dos Legislativos Estaduais tem procurado construir alguns elementos que possibilitem, inclusive, aos Poderes Legislativos atuarem de maneira mais coordenada e organizada nessa área. Tivemos, através do ex-Presidente José Távora, a iniciativa de elaborar um Código de Ética. Procurávamos fazer com que houvesse uma padronização no Código de Ética das Assembléias Legislativas. Algumas Casas adotaram, outras não. Falo também aqui em nome de Alexandre Postal, do Rio Grande do Sul, o Presidente da nossa entidade, que não pôde estar aqui hoje por motivo de força maior. Mas, de qualquer maneira, a UNALE vem procurando sistematicamente fazer esse debate.

Tenho percebido que há uma convergência muito grande no diagnóstico de todos nós. Todos nós percebemos que a situação vai de mal a pior. Ela vai de mal a pior no Poder Legislativo, no Poder Executivo e também no Poder Judiciário. Nos Poderes Executivo e Legislativo, temos ainda a possibilidade de chamar o povo para referendar ou não os mandatos de 4 em 4 anos. Mas no Poder Judiciário não temos



essa oportunidade. No Ministério Público também não temos essa oportunidade. O povo não tem a oportunidade de, periodicamente, de 4 em 4 anos, como foi dito aqui, limpar os sanguessugas do Parlamento Federal. De qualquer maneira, entendendo que as iniciativas dos Conselhos Nacionais do Ministério Público e do Poder Judiciário são importantes para avançar, inclusive, no controle da sociedade sobre esses Poderes. Mas precisamos ampliar esse controle. Entendo que hoje é fundamental também que se faça uma análise do papel da mídia brasileira, que abriga verdadeiras empresas, que visam o lucro, mas que têm como obrigação informar e formar cidadãos. O papel da mídia, hoje, com algumas exceções, é lamentável. Ela mais ajuda a deseducar do que a educar nossa população. E não quer se submeter a qualquer tipo de controle — não estou me referindo a censura, refiro-me a controle social sobre a mídia. Há uma verdadeira mobilização contra o controle. Não acho ético que um jornal, ou mesmo uma emissora de rádio ou televisão receba milhões e milhões de patrocínio de um Governo Estadual ou do Governo Federal para a partir daí calar-se diante dos esquemas de corrupção, de desvios de conduta ética que ocorrem nesses Governos. Aqui no Distrito Federal mesmo temos vários exemplos do controle, hoje, da mídia da nossa cidade, devido às benesses ensejados pela chamada verba de publicidade. Também sabemos do controle que muitas vezes é exercido sobre esses órgãos de comunicação, essas empresas de comunicação a partir da iniciativa privada, das grandes empresas multinacionais e das grandes empresas nacionais. Também não acho ético, e a sociedade não deveria aceitar, depositar-se milhões de reais na conta bancária de um cidadão enquanto a maioria da população passa fome. Então, esse Estado capitalista que possibilita a concentração de riqueza na mão de poucos também é um debate a ser feito do ponto de vista da ética. Da mesma forma como há o monopólio de empresas de comunicação, também há a concentração de terras. Não é possível que num País de dimensões continentais se considere ético apenas uma pessoa acumular milhões e milhões de hectares, em detrimento de uma verdadeira reforma agrária, que garanta à maioria do povo o direito e o acesso à terra para sua sobrevivência.

Então, acho que a ética precisa, de fato, ser discutida de maneira muito ampla. É como eu disse: há convergência no diagnóstico, mas alguns pontos não





são tocados. Não é possível que um banco lucre, em 6 meses, mais de 4 bilhões de reais, fruto desses altos juros e das tarifas exorbitantes que são cobradas da população. Enquanto isso as pequenas e as microempresas estão fechando, estão falindo.

Esse Estado precisa ser discutido, reformulado, para que possamos chegar ao conceito de ética de maneira ampla.

O mesmo eu diria em relação ao meio ambiente. Não é possível que continuemos sem discutir o atual modelo do agronegócio, da agroindústria, em que se permite a concentração de milhões de hectares de terra nas mãos de uns poucos para plantar soja, para priorizar um único tipo de cultivo, em detrimento da distribuição democrática da terra, da renda e de uma produção agrícola que favoreça a toda a população brasileira e não se dirija tão-somente à exportação, que se presta exatamente a engordar os ganhos dos donos dessas empresas, muitas vezes multinacionais.

Diria também que nós temos, a partir desse diagnóstico, de encontrar alternativas, apontar soluções. O Congresso Nacional viveu uma grande crise nesses últimos anos — vem vivendo. Mas quando se discute uma reforma política com o financiamento público de campanha, o Congresso Nacional a enterra imediatamente. Isso gera uma situação em que percebemos que o desvio de conduta dos Parlamentares, dos Prefeitos, Governadores e do Presidente começa antes de assumir os cargos, porque o financiamento privado de campanha é vergonhoso.

Não vamos nos iludir. Isso é uma farsa, é um teatro. Praticamente todos utilizam o caixa dois para ganhar eleição neste País. E não se discute a necessidade de se mudar essa regra. Não há clamor popular com relação a isso. Eu vejo a crise aérea. A crise aérea precisa ser resolvida porque envergonha nosso País. Não há por que vivermos essa crise. Mas gostaria muito que os mesmos setores que hoje fazem todo esse debate importante com relação à crise aérea o fizesse também com relação à crise na Saúde. A Saúde Pública em nosso País está uma vergonha. Mas, certamente, como a maioria da população e da classe média se utiliza hoje da saúde privada, não sentem na pele o que é ter que freqüentar um hospital público, não há a mesma indignação que há com o que vem ocorrendo nos aeroportos. O mesmo digo



com relação à educação pública brasileira, que vai de mal a pior. Essa mesma indignação com a crise aérea que se vê hoje na imprensa, nas revistas, no seio da classe média — incluo-me —, não se vê, e há muito tempo, com a situação caótica da nossa educação. Como bem se disse aqui, a educação é um dos caminhos para mudarmos esse estado de coisas em que vivemos hoje.

Então, levanto essas questões e repito: no diagnóstico temos muitas convergências. Alguns pontos precisam, entretanto, ser inseridos nesse diagnóstico. Mas percebo um desequilíbrio muito grande entre o diagnóstico e as propostas, as soluções.

Sr. Presidente, quero, nesta minha intervenção, dizer que neste momento a Câmara Legislativa do Distrito Federal, da qual sou Vice-Presidente, passa por uma situação inusitada, porque tivemos um Deputado preso na operação da Polícia Federal que investigou a empreiteira Gautama e há 2 dias o Conselho de Ética da Câmara Legislativa está procurando o Parlamentar para notificá-lo, e o Parlamentar desapareceu. É algo inusitado. Os Parlamentares estão procurando um dos Parlamentares da Casa para notificá-lo e assim dar início ao seu julgamento político. Minha situação, por ser Vice-Presidente da Câmara Legislativa, é muito difícil porque estou hoje aqui representando o nosso Presidente Alexandre Postal, do Rio Grande do Sul, mas vou precisar dirigir-me à Câmara Legislativa para ver se conseguimos pelo menos notificar o Parlamentar acusado de participar de atos de corrupção, porque a sociedade nos exige resposta para esse triste episódio que envolve o Poder Legislativo. É o segundo Parlamentar daquela Casa preso pela Polícia Federal. Isso é ruim e é bom. É ruim porque mancha a imagem de um Poder importante. É bom porque parece que alguma coisa está mudando neste País. Prefiro as vaias dos estádios ao silêncio sob a mira das baionetas.

Com essas palavras, encerro esta minha intervenção e agradeço ao Presidente pela oportunidade de participar desta audiência pública. Muito obrigado.  
(Palmas)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Paulo Piau) - Agradeço ao Deputado Distrital Paulo Tadeu a participação.

Convido para fazer uso da palavra a Dra. Edylcéa Tavares de Paula, Conselheira da OAB do Distrito Federal, pelo tempo de 10 minutos.



**A SRA. EDYLCÉA TAVARES DE PAULA** - Sr. Presidente, Deputado Paulo Piau, demais membros da Mesa, parablenzo o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados por esta iniciativa. Minha experiência na Ordem dos Advogados do Brasil como Conselheira do Tribunal de Ética foi gratificante; tem sido muito trabalhosa, mas estamos conseguindo fazer alguma coisa. Detectamos, a princípio, um grande problema, que é o corporativismo, que nesta Casa também vige. Para ultrapassar esse problema, não medimos esforços. O nosso Tribunal de Ética começou a trabalhar na base do início dos processos. Encontramos lá cerca de 8 mil processos. Nenhum advogado no Distrito Federal havia sido punido. Era uma grande curiosidade minha, na condição de membro do Ministério Público, não entendia por que os advogados não eram punidos no Distrito Federal. Quando cheguei lá vi porque: além do corporativismo, havia a inércia, ninguém fazia nada.

Começamos a trabalhar. Começamos a julgar os processos e chegamos ao fim de 2006 com 7.300 processos julgados, sendo que entraram, por ano, em 3 anos, cerca de mil processos. Conseguimos excluir 4 advogados; instauramos um processo disciplinar por inidoneidade contra aqueles advogados de São Paulo, por força de determinação da OAB Federal, dizendo que a competência era nossa. Mas conseguimos instaurar esse processo e acredito que estamos no caminho de encontrar a ética.

Além disso — aqui já se falou muito em educação e eu sou professora e a minha origem é o ministério primário no Rio de Janeiro — tivemos um cuidado: instauramos o sistema de lecionar ética para todas as faculdades de Direito do Distrito Federal. Fizemos cerca de 15 conferências e palestras. Não conseguimos abranger todas as faculdades por causa dos horários delas, mas, de qualquer maneira, tivemos uma aceitação muito boa. E a vantagem que tem o advogado para experimentar exercitar sua função com ética é que nós temos um código de ética.

O nosso Estatuto prevê não só as faltas como também as punições. Existe uma competência. Então, os tribunais de ética da OAB são instalados nas várias seccionais. O Conselho Federal só decide em grau de recurso. Então, eu tenho a firme convicção de que o Tribunal de Ética está funcionando. E espero que continue



assim. E procuramos levar essa instrução para as crianças e para os adolescentes que estudam na nossa capital.

Eu queria fazer uma sugestão a V.Exa., Deputado Paulo Piau. Na condição de membro do Ministério Público, já sou aposentada, mas, no Ministério Público, nós criamos o Memorial do Ministério Público Federal e nele instituímos um programa para levar crianças para conhecê-lo. Nós buscamos as crianças na escola e as levamos ao Memorial, ensinamos a elas o que é o Ministério Público. É para dar-lhes cidadania.

Então, Sr. Presidente, sugiro a V.Exa que, na próxima conferência que realizar, convide membros do Ministério Público, por meio do Memorial, pois ele está fazendo esse trabalho de cidadania que considero muito importante, porque se leva o conhecimento da ética às crianças da escola primária.

Eu acredito que o caminho foi aberto. Não sei até quando estarei lá fazendo esse trabalho, mas se seguirem os passos que já foram dados — nós temos um grupo muito bom no Tribunal de Ética —, acredito vão começar muito bem. Não é tudo, devemos fazer muito mais, mas a semente foi plantada. Muito obrigada por nos ter convidado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Paulo Piau) - Agradecendo à Dra. Edylcéa Tavares e convidamos o Dr. Themístocles Pinho, Diretor do Rotary Internacional, para, também no prazo de 10 minutos, fazer sua apresentação.

**O SR. THEMÍSTOCLES PINHO** - Sr. Presidente da Mesa, Deputado Paulo Piau, autor desta nova idéia que nós, brasileiros, devemos aplaudir de pé, porque precisamos que o Congresso Nacional, a Casa do Povo, lembre do povo, e o traga para ouvir o povo, é disso que nós precisamos. Temos de começar a descer dos grandes monumentos, das grandes posições para tratar do nosso povo, como estamos fazendo hoje. Os segmentos da sociedade estão mostrando a sua cara. É isso que precisa ser feito. Não adianta retórica, não adianta teoria.

Eu represento uma instituição, como cada um dos que estão aqui presente. São 1 milhão e 200 mil pessoas neste mundo, em mais de 200 países e regiões geográficas. No nosso País, nós somos quase 60 mil. No entanto, até hoje, quantas vezes o Rotary Internacional foi chamado para um evento como este? Estou há 37 anos no Rotary e não tenho conhecimento disso.



Pela primeira vez vejo a União ouvir a Maçonaria, ouvir as instituições organizadas, ouvir o Lions, ouvir a Igreja, ouvir a OAB. Só assim se formará uma idéia do que precisamos, um princípio, uma linha de trabalho. Não adianta um Senador dizer uma coisa, um Deputado dizer outra, e tudo ficar nas palavras. Acho que temos de sair das palavras e partir para a ação. Eu vou trazer aos amigos algumas idéias dentro daquilo que recebi.

Eu entendo que a nossa obrigação não é dar a receita do bolo. Não há lugar no nosso País para receita pronta. Nós temos que trabalhar, nós temos que dialogar, nós temos que conviver. O Brasil só se une em Copa do Mundo, em Jogos Pan-americanos e, muito rapidamente, nas eleições, Fora disso, cada um por si e Deus por todos. E, graças a Deus, ele ainda cuida da gente. Aonde vamos parar? Não podemos continuar assim. Aonde vamos parar? O que nós queremos? O que nós representamos?

Cada um de nós aceitou um desafio: colocar a cara na janela e ficar pronto para receber o “pastelão”. Mas nós aceitamos porque quisemos, ninguém impôs a ninguém a posição de Deputado; ninguém impôs ao Ministro Waldemar Zveiter dedicar-se à Maçonaria como se dedica; ninguém impôs a nenhum de nós o cargo que exercemos. Se temos o direito de escolher, temos, em contrapartida, uma obrigação para com todo o povo.

Eu poderia dizer aos senhores que a nossa organização é centenária. Eu tomei a iniciativa de trazer alguns *slides* que, peço, sejam passados.

O primeiro é só uma apresentação. O meu nome é Themistocles Américo Caldas Pinho.

O segundo fala do nosso fundador, um advogado, Paul Harris. Dizia ele que o Rotary, em linhas gerais, deveria se preocupar em como melhorar a posição da sociedade, da comunidade, preocupar-se com mais do que simplesmente fazer caridade. Em linhas gerais, essa é a idéia. E o que ele dizia como resposta? Devemos cuidar com maior atenção dos preceitos éticos. O preceito ético era ligado à caridade. Menos caridade onde houver maiores preceitos éticos. E é o que a nossa organização vem procurando fazer. Nós, como tantos outros, temos também o nosso código de ética. Ele é bastante simples, resume-se a 4 afirmações, 4 conceitos. Imaginem em 4 conceitos um código de ética. Mas o nosso Código diz



assim: *“O que nós pensamos, dizemos e fazemos é a verdade?”* Pensem nisso. Pensamos, dizemos e fazemos a verdade? A segunda questão: é justo para todos os interessados? Aí a ética. O que nós fazemos é justo para todos, o pobre, o rico, o necessitado, o formado, o não-formado? Será justo? A terceira questão: criará boa vontade e melhores amizades? E por último: será benéfico para todos os interessados? Essas 4 afirmações são, em verdade, a base da ética. O que se pretende é que cada cidadão, cada profissional, cada político, cada membro do segmento societário, da sociedade como um todo, tenha em mente isso. É bom? Eu vou tratar bem? Vai trazer benefícios a todos? Eu só vou resolver o meu problema? E os outros? Então, meus amigos, eu não tenho, nem pretendo ter, nesta oportunidade, como disse, a receita do bolo, mas eu tenho alguns questionamentos. E é nesses questionamentos que eu peço, Deputado — hoje, no Congresso, em outubro, quando for — que nós pensemos um pouco, porque a teoria só tem valor quando se transforma em prática. A teoria pura é muito bonita nos laboratórios, nos escritórios, nas bibliotecas. Mas na vida ela tem de se transformar em alguma coisa útil, objetiva. Eu colocaria as seguintes questões: será que a sociedade, particularmente a brasileira, como um todo tem agido dentro de princípios éticos? Será que a nossa sociedade tem agido corretamente? Será que cada indivíduo tem praticado corretamente atos éticos, dentro dos seus níveis, dentro de suas responsabilidades, na sua casa, no seu trabalho, na sua empresa, na sua atividade profissional? Será que a liderança consentida do País tem praticado e demonstrado princípios e conceitos éticos? Porque a liderança, meus amigos, existe em todos nós, mas é importante que se dê ênfase à liderança consentida, o que nós fazemos, o que eu disse no começo: nós somos ícones, nós somos exemplos. Aquela pessoa pobre que foi no dia da eleição e votou no seu Vereador pode não saber quem é, mas, naquele momento, aquela pessoa era a mais importante para ele. Será que aquela pessoa está retribuindo o que recebeu? Eu pergunto mais: será que aqueles que têm nas mãos o poder — políticos, empresários, profissionais — estão tendo a necessária sensibilidade ética? E aí atrevo-me a acrescentar: será que a imprensa, a boa imprensa está tendo sensibilidade ética? Porque não adianta apenas mostrar escândalos, precisa mostrar a solução. Quantas vezes vemos a manchete do jornal e vamos ler a notícia e não há notícia, só há manchete, só há o interesse do jornal



em vender? Será que é essa a função ética da imprensa? Eu acho que não. Eu acho que ela tem a missão ética de não esconder a verdade, mas também tem a missão ética de transmitir como, quem, de que forma resolver determinado problema. Dizer que está mal é muito fácil. O meu neto de 4 anos diz: *“Vô, não está bom, o meu computador não está funcionando direito”*. Pronto, está ruim para ele. E se pusermos em nível nacional, é a mesma coisa que a imprensa faz: joga a notícia e não se preocupa sequer com o famoso direito de resposta — não sei se os senhores já viram como funciona isso. A notícia sai em uma página, mas a resposta vem na última página, perto do obituário. Ali se diz que houve um erro e tal. Onde está a ética dessas pessoas formadoras de opinião?

E aqui uma mensagem direta a V.Exa., Sr. Deputado: será que criar novos impostos ou aumentá-los, às vezes até com justificativas razoáveis, sufocando os meios de produção e, conseqüentemente, impedindo a geração de empregos, embora legal, é uma postura ética? Será que a lamentável solução, posta em prática em nosso País, de não se reduzir custos mas se aumentar impostos sempre que se precisa de dinheiro é ética?

Ora, se preciso de dinheiro na minha empresa, eu revejo meus custos, o meu nível de atendimento ao público, a minha satisfação e a minha possibilidade de melhor atender. Será que é ético, pura e simplesmente, estarmos preocupados, com o problema da CPMF, que até setembro tem que ser prorrogada? O resto do Brasil não é importante? Não haver médicos no Nordeste, como vemos pela televisão, não é importante? Qualquer órgão da cultura brasileira pode ficar meses e meses em greve, mas a CPMF tem que ser aprovada até setembro. Será que é ético estarmos preocupados apenas em aumentar tributos para incrementar a receita? Não há emprego, não há trabalho. *“Ah! Mas as indústrias vão muito bem”*. E sabemos que só vão bem as indústrias que têm altas vantagens via isenção fiscal. Todos sabemos. Nós que somos advogados da área empresarial sabemos bem disso.

Desculpem-me, mas a indústria automobilística não tem problema e nunca terá neste País, mesmo porque há toda uma legislação feita especificamente para o setor, e só para ele.

Pergunto: o pobre empresário de uma pequena empresa, que seria beneficiado pela Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, já pode receber esse



benefício? Ora, tamanha foi a legislação que ninguém consegue aplicá-la. É ético isso?

E há outras tantas coisas. Pergunto: será que a prática nefasta do jeitinho para tudo é ética?

Enfim, outras perguntas eu poderia trazer, mas acho que o importante neste momento é o exemplo. Nós temos que estar preocupados com os exemplos.

Um bom exemplo: há 2 semanas, o Brasil inteiro adorou viver os Jogos Pan-Americanos e ver os jovens brasileiros ganhando medalhas. Mas pergunto: qual é o futuro daquele rapaz que ganhou 8 ou 9 medalhas? Nós sabemos: irá aceitar uma bolsa em uma universidade nos Estados Unidos e, se possível, algum dia, voltar ao Brasil. Indago: é ético isso? É ético não darmos condições para que a juventude se mantenha em nosso País e tenha que se refugiar em outros países para ter alguma possibilidade?

E dou um exemplo triste, de que todos devem ter ciência, porque foi notícia no fim de semana pela televisão: uma menina de 9 anos ganhou um concurso da ONU escrevendo sobre a fome. É um exemplo bonito, uma menina inteligente. Mas eu vi o exemplo negativo quando entrevistaram o pai, um jovem, pai de mais 2 filhos, desempregado e sem condições de manter a família. Será ético o que o Brasil está fazendo com a juventude, com os pais jovens que estão precisando trabalhar e não têm emprego?

Não me preocupo porque em todo o mundo a marginalidade existe, mas nós temos que fazer o contraponto, ou seja, dar àquele que precisa e quer a condição de se manter, de ver sua filha inteligente e que vai passar uns dias na Itália ter uma vida digna ao voltar. E aqui no Brasil? Quando a filha voltar, o que esse pai vai lhe dar?

É isso o que vejo como condição.

Vou encerrar minhas palavras com 2 posicionamentos. Pensei muito se deveria fazer isso, Sr. Deputado, mas acho que esta é a nossa Casa e devemos aqui dizer o que pensamos. Represento uma organização que prima pela ética. Temos atividades na área comunitária, na área educacional, mas o importante para nós é a ética. Apenas um lembrete: a existência de um esperto sempre pressupõe a existência de um otário que foi enganado. O povo brasileiro está sendo o otário





neste momento nacional. E vejam que é um otário que, por enquanto, está quieto, ouvindo, assistindo a programas de televisão ou ao futebol. Não está na hora de os mais variados segmentos da sociedade darem um basta a isso tudo?

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Paulo Piau) - Pedimos desculpas pelo aparelho que não funcionou quando precisávamos. Quem sabe, se houver menos corrupção — e alguém falou das estradas, da saúde, da segurança —, poderemos comprar um aparelho novo aqui para a Câmara, pois este aqui é de 1997.

Agradecemos ao Dr. Themístocles a apresentação.

Convidamos para fazer sua exposição, no prazo de 10 minutos, o Pastor Carlos Möller, Presidente do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil.

**O SR. CARLOS MÖLLER** - Bom-dia, senhoras e senhores.

Permitam-me fazer a mesma invocação introdutória que faço em nossas igrejas: que a graça de nosso Senhor Jesus Cristo, o amor de Deus Pai e a comunhão do Espírito Santo esteja com todos vocês!

Cabe-me, inicialmente, agradecer o amável convite dirigido à Presidência do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs. Cabe-me, também, em nome das Igrejas membros do CONIC, Conselho Nacional de Igrejas Cristãs, cumprimentar V.Exa. pela iniciativa desta audiência pública, em especial pelo tema abordado, qual seja auscultar estratégias para a difusão na sociedade dos princípios, conceitos e comportamentos sobre ética.

Permitam-me confessar que atendo a esse convite com um certo — como dizia e escreveu o apóstolo Paulo — tremor e temor, em razão da representação que aqui se expressa e também por uma prática das Igrejas membros do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs, que agem sempre de maneira fraterna, pelo diálogo e pelo consenso, segundo o art. 3º do seu estatuto.

Aliás, naquele mesmo texto está expresso que essa é a razão maior do Conselho: propiciar a reflexão e a tomada de posição comum perante a realidade brasileira, confrontando-a com o Evangelho e as exigências do Reino de Deus; empenhar-se na promoção da dignidade, dos direitos humanos e deveres da pessoa, criada à imagem e à semelhança de Deus, em busca e a serviço do amor, da justiça e da paz.



Estou particularmente convicto de que as Igrejas do CONIC se unem aos propósitos desta audiência pública e de seu tema e querem, tal como já foi dito aqui, como todos os presentes, pedir ao Deus Criador que abençoe os nossos trabalhos e faça frutificar as nossas reflexões.

Queremos todos afinar o nosso discurso sobre ética e colaborar e cooperar na sua difusão, mas desejamos, igualmente, perguntar de que ética estamos falando e que ética será difundida.

Temos, como Conselho Nacional de Igrejas Cristãs, cujo 25º aniversário de fundação celebraremos em novembro próximo, uma longa caminhada de parceria com o Governo Federal, os Governos Estaduais e as organizações não-governamentais.

Aqui, um parêntese: eu, quando vim para Brasília, tive que discernir entre o prédio do CONIC e o Conselho Nacional de Igrejas Cristãs. Eu não sabia da existência desse prédio.

O povo brasileiro, na sua carta, em 1996, reconheceu como evangélica a teimosa luta dos muitos sem-terra existentes em nosso País, ao lado de posseiros, índios, remanescentes de quilombos, extrativistas e tantos outros grupos que lutam pelo direito de uso diferenciado da terra, e conclamam a democratização da propriedade e do uso da terra como caminho indispensável para superar a fome, para dar valor ao trabalho, para libertar a população do domínio dos que assentam o seu poder no controle dos meios mais elementares da vida.

Também trata o Conselho do assunto dívida externa; da Campanha da Fraternidade Ecumênica, em 2000 e em 2005, sobre dignidade humana e paz; da Cartilha dos Direitos Humanos — cartilha essa, aliás, publicada pela Coordenadoria Ecumênica de Serviços, o braço diácono do CONIC, a exemplo e com a colaboração da Cáritas da CNBB. No massacre de Carandiru, de 1992, curiosa ou profeticamente, alguns sobreviveram empunhando esta cartilha, a dos direitos humanos.

Ressalto, ainda, o *Relatório sobre a Dignidade Humana e a Paz no Brasil*, publicado pelo CONIC; a campanha do registro civil; a campanha do desarmamento; a campanha pela água como direito humano e bem público, realizada a partir do Encontro Ecumênico Sobre Águas, às vésperas da Assembléia do Conselho Mundial



de Igrejas, em Porto Alegre, tema esse que foi assumido pelo CONIC; a Segunda Conferência da Paz, realizada no ano que passou, e, agora, no dia 14, a Terceira Conferência da Paz.

Nós estamos absolutamente cientes e confessamos que é no mundo, e não na igreja, que Deus se encarna. Esta não é nem o sujeito nem o objeto da missão, mas é seu meio, o espaço libertado em que se celebra a presença de Deus no lado inverso do mundo. Não é o lugar em que nasce, mas apenas aquele em que ressoa o anúncio.

Quero citar 2 exemplos. Vindo para cá o motorista do táxi parou diante do sinal vermelho. Ao nosso lado esquerdo voou um carro preto de chapa branca. Eu perguntei ao motorista: *“Ele pode?”*. E o motorista reagiu: *“Deve ter brincado com a verdade e agora está com pressa”*. Nós não podemos mais brincar com a verdade no nosso País!

Segundo exemplo: cidadania, no sentido estreito, refere-se aos direitos e deveres dos habitantes natos e naturalizados de um determinado Estado, os quais são previstos na Constituição e na lei. No sentido mais amplo, inclui a real possibilidade de acesso a tais direitos e a consciência dos deveres, tanto quanto a postura frente ao Estado de Direito como tal. Tornam-se centrais os aspectos da efetiva participação dos cidadãos e das cidadãs, bem como da cultura política, na qual essa participação é encorajada ou impedida.

O exercício da cidadania é direito e dever outorgado ao ser humano por Deus. Documenta a sua dignidade e dela decorre. Eis porque a democracia merece a absoluta preferência entre os sistemas políticos: porque é o único a garantir aos membros da sociedade a plena participação e a co-responsabilização pelos assuntos públicos. Por isso, é inadmissível querer manter a comunidade cristã, a Igreja cristã, alheia à questão política — lembro: não partidária; política. O bem da criatura está em jogo, bem como seus mais legítimos interesses, princípios éticos. Tem razão Pedro Demo quando afirma o Estado não é o que quer ou diz ser, mas o que a cidadania o faz ser e querer.

Nesse particular, as Igrejas têm uma tarefa crítico-constructiva frente ao Estado e podem, com o seu acesso privilegiado a grande parte da população, fazer diferença importante na formação da cidadania. Essa contribuição se dá nos níveis



da própria prática eclesial, na sua atuação no espaço público e na sua reflexão teológica, bem como no exercício do seu papel pedagógico.

As Igrejas cristãs têm responsabilidade na formação cidadã dos indivíduos em suas diversas faixas etárias. Eu citaria 2 eixos: conscientização de questões sociais e éticas e atuação comunitária. Dentro dessa conscientização, temos o problema da fome e o da juventude, aqui já citado: 3,5 milhões de jovens de 16 a 45 anos, 45% da força de trabalho, não encontram emprego nem guardada. A ética pergunta: o que significa isso? A educação é fator preponderante, desencadeador da reforma da Igreja cristã, mas também fundamental para a emancipação política da sociedade. E, além da informação, é necessária a própria formação, segundo o art. 25 da Declaração dos Direitos Humanos, da ONU.

Eu me perguntei qual é o horizonte maior da ética, como tal. O Profeta Oséias fala: *“O meu povo está sendo destruído, porque lhe falta o conhecimento”*. E sabemos — e V.Exas. devem comprovar isso em sua prática — que muitos pobres não sabem dos seus direitos. Quando sabem, nem sempre os têm defendidos. Quando os defendem, nem sempre são entendidos — não falo de privilégios, mas em direitos fundamentais.

Martin Lutero, em seu polêmico texto *À Nobreza Cristã da Nação Alemã*, relaciona a cidadania espiritual à cidadania política nos territórios alemães, culminando ao afirmar que não existe pecadora maior que a Igreja Cristã daquela época. Hoje disso é testemunha a história latino-americana.

Três coisas são importantes a partir da visão bíblico-teológica, a partir das Igrejas. Primeiro: o mandamento divino. E mandamento é toda a ação realizada por Deus, cuja proclamação é a tarefa maior da Igreja: proclamar que Deus é Criador e que, lembrando o profeta, *“justiça e paz se beijam”*.

Segundo, lei e Evangelho são inseparáveis. Enfatizar a lei seria uma volta à sinagoga; enfatizar o Evangelho significaria cair no iluminismo e no antinomismo. A lei é a forma do Evangelho, e o Evangelho é o conteúdo da lei.

Já que estou nesta Casa, lembro o que ouvi pessoalmente do então Primeiro-Ministro da Alemanha, Helmut Schmidt: *“Com o Sermão da Montanha não conseguimos fazer política”*. Discute-se muito seriamente se o Sermão da Montanha é lei ou Evangelho. Eu acho que o Sermão da Montanha é o texto que, por



excelência, nos ajuda na nossa reflexão sobre identificar o que é a ética e a instrumentalizá-la, a fim de que todos nós e todas as instituições possamos dela fazer proveito.

Eu gostaria de concluir lendo um trecho de Mathias Claudius que nos ajuda, a meu ver, nessa caminhada. Ele escreveu sobre o homem: *“Concebido e nutrido maravilhosamente pela mulher, ele vem, vê e entende. Inconsciente do engano, ele deseja, cobiça e sofre suas dores. Ele despreza, homenageia e busca a alegria e o perigo. Ele crê, duvida, imagina e ensina a verdade, que lhe é tudo e nada. Ele constrói e destrói. Ele se atormenta constantemente. Ele dorme e vigia, cresce e come. Ele tem cabelos castanho e brancos. E tudo isso dura, no máximo, 80 anos. Então, ele se junta a seus pais e não volta nunca mais.”*

As Igrejas membro do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs reiteram o apoio, sim, à necessidade urgente de trabalharmos o assunto ética e cidadania. Existe um hino, originalmente metodista, que diz *“Entre na roda com a gente. Sozinho, isolado, ninguém é capaz.”*

Eu me senti muito feliz ao ouvir suas palavras. Aliás, encurtei o que disse em decorrência delas, porque é hora de ajudarmos num grande mutirão nacional. A partir daquilo que Deus nos confiou — bens, mas também dificuldades, e a cultura do Gerson é uma delas —, que nós possamos voltar a obedecer aquilo para o qual nós somos chamados.

Aqui reside, a meu ver, o grande problema: estuda-se, hoje, para fazer uma universidade; não se estuda, hoje, porque se é vocacionado para ser médico, professor, advogado, etc. Que nós saibamos obedecer mais ao projeto de Deus, a fim de que tenhamos uma Nação rica também de ética, e não apenas dos seus recursos naturais e da hospitalidade de seu povo. Rica na justiça e também em decorrência da paz.

Que Deus abençoe o trabalho de V.Exas., abençoe este Conselho, mas abençoe a todos nós, para que não percamos a oportunidade que o momento está nos ensinando. É agora.

Obrigado. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Paulo Piau) - Agradeço a participação do Pastor Carlos.



Convido o Dr. Aderlon Francisco de Assis Gomes, representante do Distrito Múltiplo LB do Lions Club International, para, também no prazo de 10 minutos, fazer sua apresentação.

**O SR. ADERLON FRANCISCO DE ASSIS GOMES** - Bom-dia a todos.

Cumprimento de modo especial V.Exa., ilustre Presidente, meu querido amigo e companheiro Deputado Paulo Piau, pela iniciativa de realizar esta audiência pública, na qual pretendemos discutir estratégias para a difusão na sociedade dos princípios, conceitos e comportamentos sobre ética.

Cumprimento cada um dos senhores que, nesta manhã deste maravilhoso dia, aqui trouxeram a sua contribuição: os representantes da AMB; da Maçonaria; da CONAMP; da OAB; da UNALE; do Rotary, nosso clube coirmão; do CONIC; do CEFOR.

Dirijo especial cumprimento também aos meus companheiros do Lions, que me deram a honra de aqui representá-los. Gostaria de receber de vocês um salvo-conduto para manifestar nosso desejo e nossa intenção de colaborar nesse processo que entendemos ser muito importante para nosso povo e para o Brasil.

Cumprimento, por fim, os ilustres membros desta Casa pela oportuna iniciativa de convidar a sociedade brasileira a participar ativamente dos debates sobre este assunto, que tem despertado interesse cada vez maior da comunidade e da família brasileira.

Senhoras e senhores, estamos diante de um momento da história da Terra em que a humanidade deve escolher seu futuro, planejar a sustentabilidade da vida do nosso povo e definir princípios que devem reger a vida no terceiro milênio.

Estamos nós, do Lions, prontos para colaborar nessa empreitada.

O Lions Club Internacional é a maior organização de clubes de serviços do mundo, com 1,3 milhão de sócios e cerca de 45 mil unidades espalhadas por 200 regiões e países do nosso planeta. Os leões, senhoras e senhores, são homens e mulheres que trabalham como voluntários em causas humanitárias. O lema dessa organização voluntária, fundada em 1917, é "Nós servimos".

Temos como objetivos: criar e fomentar um espírito de compreensão entre os povos da Terra; promover os princípios do bom governo e da boa cidadania; interessar-se, cada leão, ativamente pelo bem estar cívico, cultural, social e moral da



comunidade; unir as pessoas com laços de amizade, bom companheirismo e compreensão recíproca; promover, como este, um fórum para a livre discussão dos assuntos de interesse público; encorajar pessoas de mentalidade de serviço a servirem às suas comunidades sem recompensa financeira pessoal; estimular a eficiência; e promover elevado padrão de ética no comércio, na indústria, nas profissões, nos serviços públicos e nos empreendimentos privados.

Portanto, senhoras e senhores, nenhum clube dessa associação deverá ter como meta o desenvolvimento financeiro de um só cidadão, embora seja ele um círculo essencialmente de homens e mulheres de negócios. Devem seguir o Código de Ética estabelecido pela instituição e cultivado em suas relações.

Temos ainda o dever de demonstrar fé nos méritos da profissão que cada um de nós exerce, esforçando-nos para conseguir uma honrosa reputação, mercê da excelência dos nossos próprios serviços.

O leão tem ainda o dever de lutar pelo êxito e pleitear toda remuneração ou lucro que eqüitativa e justamente mereça, recusando, porém, aquele que possa acarretar diminuição da sua dignidade devido a uma vantagem injusta ou ação duvidosa.

É importante ainda lembrar que cada leão tem como lema que, para ser bem sucedido nos negócios ou empreendimentos, não é necessário destruir os negócios dos outros. Reconhece que ser leal com os seus próprios clientes é um bem que cada um pode receber ao ser sincero, principalmente consigo mesmo.

O leão tem ainda o dever de decidir contra ele mesmo no caso de dúvida quanto ao direito ou à ética nos seus atos perante o próximo.

Deve buscar praticar a amizade como fim, e não como meio. Sustenta o clube que a verdadeira amizade não é o resultado de favores mutuamente prestados, dado que não requer nenhuma retribuição, pois recebe, ele, sim, benefícios com o mesmo espírito desinteressado com que concorre e dá ao semelhante.

O leão tem sempre presente seus deveres de cidadão para com a sua localidade, seu Estado, seu País, sendo-lhes constantemente leal em pensamento, palavras e obras, dedicando-lhes desinteressadamente seu tempo, seu trabalho e seus recursos. É uma pessoa que busca fazer da sua vida um ajudar ao próximo, buscando consolar o aflito, fortalecer o débil e socorrer o necessitado.



É importante que as senhoras e os senhores saibam que, na nossa atividade, ser comedido na crítica e generoso no elogio é uma fonte de construção.

Sras. e Srs. Parlamentares, temos uma espécie de código universal de conduta, fundamentado em 4 princípios: respeito à vida, justiça social e econômica, democracia e integridade ecológica.

Os integrantes de um Lions Clube são homens e mulheres que se esforçam para fazer a diferença em sua comunidade local e ao redor de todo o mundo. Entendemos nós que a difusão na sociedade dos princípios, conceitos e comportamentos éticos tornaria possível uma vida melhor, com mais qualidade, para as gerações futuras e os nossos filhos.

Sabemos que cabem ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar o procedimento disciplinar, o zelo pela observância dos preceitos éticos e o cuidado na preservação da dignidade parlamentar, o que faz e órgão em consonância com as disposições da Resolução nº 25 de 2001, que estabelece o Código de Ética e Decoro Parlamentar desta Casa.

Sabemos que a preocupação com a conduta ética atinge todos os Poderes de nosso País, tanto que, em 1º de fevereiro do corrente ano, o Decreto nº 6.029 instituiu o sistema de ética no Poder Executivo, com a finalidade de promover as atividades que dispõe sobre a conduta ética no âmbito federal.

Sras. e Srs. Parlamentares, não deveríamos precisar chamar professores para explicar que uma criança não deve pisar numa casca de banana, que deve tratar bem seus cadernos e sua escola e que deve cuidar quando atravessa a rua. Ela deveria saber disso naturalmente, pelo exemplo de todos que a cercam. Mas, infelizmente, isso não ocorre. Temos, então, que transformar isso, hoje, no conteúdo da consciência, e incluir a conduta ética no método pedagógico, no processo político, numa lição, numa revolução molecular que começaríamos a fazer a partir de nós mesmos, até a revolução com a promoção da cidadania mundial.

Desde a infância estamos sujeitos à influência de nosso meio social. Essa influência se dá, especialmente, por intermédio da família, da escola, dos amigos, dos meios de comunicação etc. Vamos adquirindo, aos poucos, idéias morais. A conduta ética é o aspecto social da moral e se manifesta por meio das ações individuais e coletivas. As doutrinas éticas fundamentais nascem e se desenvolvem





em diferentes épocas e sociedades, como respostas aos problemas básicos apresentados pelas relações entre os homens e, em particular, pelo seu comportamento moral efetivo. Por isso, existe uma estreita circulação entre os conceitos morais e a realidade humana social, sujeita historicamente à mudança.

Sras. e Srs. Parlamentares, a ética é um comportamento social. Ninguém é ético num vácuo. Da mesma forma, ninguém é teoricamente ético. Quem vive numa economia ética, sob um Governo ético e numa sociedade imoral, acaba podendo exercer sua ética em um lugar onde ninguém poderá perceber e desfrutar do seu exemplo moral.

A ética deve fundar na vida digna para todos e fundamentar-se no bem comum. As questões éticas, entendemos, devem ser trabalhadas e elaboradas em todas as áreas da atividade humana. Devemos reimplantar programas de comportamentos para as empresas, empregados, escolas, pais e famílias, como gesto de um novo plano de relacionamento sustentável que envolva regras básicas que devolvam confiança e integridade ao nosso povo. Estamos dispostos a colaborar com isso.

Entendo que, dessa forma, estaremos elaborando as estratégias para a difusão na sociedade de princípios, conceitos e comportamentos éticos. Para vencer esse desafio temos que buscar novas formas de tornar a educação e a ética elementos inseparáveis. Temos que buscar novas maneiras de investir na formação da cidadania.

É isso que os companheiros voluntários do Lions têm feito com inúmeros programas voltados para a formação humana. Por exemplo, o programa Lions-Quest é voltado para a formação de jovens íntegros. Por meio do programa, pretende-se ensiná-los a tomarem decisões responsáveis, a se comunicarem ativa e afetivamente com suas famílias e a evitar o uso de drogas. Trata-se de um programa de habilidades para a vida aplicado em escolas e trabalha com jovens de 12 a 18 anos, envolvendo, ainda, seus pais e seus professores. Atualmente, esse programa está ativo em 23 países, inclusive no Brasil.

Em minha cidade, Uberaba, estamos treinando professores da rede pública para aplicar, no próximo ano, esse método pedagógico no atendimento de cerca de 3 mil jovens e adolescentes. Estamos em atividade, com plena satisfação, com



milhares de jovens em diversos Estados brasileiros, em parceria com Secretarias de Educação Estaduais e Municipais.

O Lions tem continuamente investido esforços no lazer dos seus associados, no aperfeiçoamento do trabalho de seus colaboradores e na sua saúde. Nossos programas vão muito além do tratamento médico e recebem atenção e carinho especiais desses leões.

Desde 1925 os leões têm sido reconhecidos em todo o mundo como paladinos dos cegos na cruzada contra a escuridão. Temos oferecido nosso esforço para realizar milhões de exames oftalmológicos e de testes de glaucoma. Só em 2006, o proporcionamos, em todo o mundo, 7,1 milhões de cirurgias de catarata e impedimos a perda grave de visão em mais de 20 milhões de pessoas. Também realizamos 80,5 milhões de tratamentos de oncocercose, a cegueira dos rios, construímos e ampliamos 213 hospitais, clínicas e enfermarias oftalmológicas.

No Brasil, como primeira iniciativa mundial, lançamos um amplo programa de apoio ao projeto de pesquisa que envolve o tratamento de diversas doenças, tais como cardiopatias, com reimplante de células-tronco autólogas. Temos ainda muitos outros programas.

Sras. e Srs. Parlamentares, o debate quanto às questões éticas envolve a busca de novos valores para o ser humano. Já existe crescente opinião de que a preparação para uma nova maneira de gerenciar a vida das pessoas, pelo Poder que legisla para todos, deve ser respaldada pelo exemplo de cada um dos seus membros. Temos obrigação de buscar esses novos valores e transcender na qualidade e no respeito aos princípios que regem as relações humanas. Não basta fazermos o que temos feito; temos que fazer melhor.

Não é mais possível continuarmos vivendo de forma miserável, enganando a nós mesmos e aos outros, dizendo meias-verdades, manipulando e cedendo aos jogos do poder. É preciso usarmos o poder para mudar — inclusive para mudar o poder. É urgente o advento de uma nova cultura que estimule projetos educativos e reforme o poder da cidadania, que deve ser constituída com ética.

Sr. Presidente, nós, do Lions, esperamos que nossa colaboração seja solicitada por esta Casa para a interação entre as estratégias desses princípios e sua aplicação na sociedade. Entendemos que é disso que realmente necessitamos:



aplicar esse princípios na sociedade com campanhas diretas, com as quais possamos fazer essa integração. Não bastam apenas as leis.

Cumpre-me, finalmente, advertir que a História será o verdadeiro ato da nossa conduta. Porém, o julgamento final será de responsabilidade do Criador.

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Paulo Piau) - Agradeço ao Dr. Aderlon a sua exposição.

A seguir, ouviremos uma exposição sobre a Casa do Legislativo. Nossa proposta é a de refletirmos sobre essa Casa como uma ação futura, permanente. Esta audiência e o seminário são importantes como fontes de informação, mas precisamos ter nossa ação permanente. Assim, na nossa proposta, o CEFOR é uma peça importante como fonte geradora de informações, de pesquisa, de estudo, de elaboração de material didático, cursos e seminários. E, evidentemente, a nossa instituição estará na sociedade como veiculadora da mensagem sobre ética para as pessoas. Esta é a nossa proposta.

Portanto, concedo a palavra à última expositora, Dra. Yara Lopes Depieri, Diretora do Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados.

**A SRA. YARA LOPES DEPIERI** - Primeiramente, louvo a iniciativa da Presidência do Conselho de Ética de promover este debate, pois, com certeza, devem-se suscitar aqui indagações sobre os caminhos que o Parlamento pode tomar.

Em segundo lugar, faço especial agradecimento ao Deputado Paulo Piau, que, de forma pioneira, incluiu o CEFOR — Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados neste encontro. Isso, para mim, na condição de Diretora, é motivo de grande orgulho.

O CEFOR é, hoje, o órgão que se responsabiliza pela formação, capacitação e treinamento dos servidores da Casa.

Como educadora, entendo que de qualquer situação pode-se extrair um elemento pedagógico, algo a ser aprendido. Portanto, a palavra crise, ao tempo em que nos remete a um sentimento de incertezas e temores, pode também nos brindar com um leque de oportunidades. Ao nos conscientizarmos de que vivemos numa



crise, temos obrigação de, além de refletir e analisar profundamente o momento, tomar atitudes.

Apóio minha exposição, hoje, no pensamento de uma grande mulher do século XX, Hannah Arendt, responsável pelo magnífico registro dos assuntos aqui em pauta: ética, política e educação.

Afirma a referida autora que uma das manifestações mais evidentes de uma crise é a perda do senso comum, ou seja, a ausência de significados por parte de uma comunidade. Portanto, quando falamos de ética e comportamento, devemos abordar a educação, que trata dos significados de uma sociedade.

Em artigo recente, Alba Zaluar, colunista da *Folha de S.Paulo*, fez o seguinte comentário: *“Que a educação é um processo global que envolve muitos atores todo o mundo aceita, mas que a responsabilidade deve ser repartida por todas as agências de socialização nem todo o mundo aceita. Uma vertente culpa os pais; outra, a escola; uma terceira, a mídia; uma quarta, a Polícia e os órgãos governamentais; outra, ainda, os políticos. Assim, vai-se empurrando com a barriga a responsabilidade de cada uma das partes. Não se avança, não se assume o que deve ser feito, mesmo que parcialmente, quando não se consegue uma estratégia que integre todas as agências”*.

Senão, vejamos. A lei, quando internalizada pelas pessoas, constitui ou constrói a sociedade; é parte da cultura e afeta à vida cotidiana. Portanto, não basta haver códigos escritos e agências de repressão; é preciso que a lei esteja incorporada às ações cotidianas de todos, principalmente nas dos que devem dar exemplo aos que ainda estão em processo de socialização.

É fácil, então, reconhecer que todos temos responsabilidades. O Poder Legislativo também tem seu papel no processo educativo. Mas chamo a atenção para o fato de que a sociedade precisa educar-se para a vida democrática, para o exercício da cidadania, para o poder representativo. Por isso, valem as indagações: será que a população brasileira conhece o verdadeiro significado do Poder Legislativo, o papel dos Parlamentares, a importância da democracia na sua vida? Quais são os signos associados a esse Poder? Em que medida as pessoas são educadas para a cidadania e para a democracia?



É interessante e triste notar que o prédio, a parte física do Parlamento, as 2 bacias e o edifício em agá, a obra magnífica de Niemeyer, é quase sempre destacado — e, por que não dizer, caricaturado — como símbolo de crise e não de soluções. Basta abrirmos os jornais e quase sempre encontramos uma imagem irônica do Palácio do Congresso Nacional. Lamentavelmente é assim que a sociedade passou a enxergar o Parlamento brasileiro.

Esse fato nos sinaliza que a população, em geral, não compreende o amplo significado do que ocorre neste espaço e, infelizmente, não alcança o verdadeiro papel do Poder Legislativo e desconhece suas potencialidades. O que fazer diante deste cenário?

Em artigo intitulado *A Crise na Educação*, Hannah Arendt nos dá uma idéia dos caminhos a serem percorridos em momentos de crise. Ela afirma que "*hoje em dia não nos encontramos mais em posição de agirmos como se a situação fosse sempre a mesma. Não podemos agir como se apenas nos houvéssemos extraviado do caminho certo, sendo livres para, a qualquer momento, reencontrar o rumo. Isso quer dizer que não se pode, onde quer que a crise esteja estabelecida, ir simplesmente em frente ou tampouco simplesmente voltar atrás. Tal retrocesso não nos levará a parte alguma. Por outro lado, a mera e irrefletida perseverança só pode conduzir à ruína e aumentar o estranhamento do mundo pelo qual já fomos ameaçados*".

Tal afirmação nos parece oportuna para o momento de reflexão a que nos propusemos neste momento. Creio que não podemos mais adiar a tomada de decisões. A crise está instalada.

Referindo-me, mais uma vez, à autora, afirmo que podemos apreender que o conhecimento e a aflição do mundo exigem um processo de iniciação em seus significados, práticas, sentidos e linguagens. Ou seja, exigem a formação por meio de um processo educativo. Talvez a crise pela qual estamos passando hoje seja resultado da falta de conhecimento — e eu utilizo a palavra conhecimento e não informação, porque informação hoje está bem mais barata e acessível.

Conforme já mencionei, é preciso que se conheçam as funções, o papel e a vocação do Poder Legislativo, pois é aqui que é feita a regulamentação do comportamento ético da sociedade. Para compreensão da essência vital do Poder



Legislativo, eu, na condição de cidadã e servidora desta Casa há mais de 10 anos, ousou apontar alguns importantes elementos.

Achei oportuno trazer o pensamento de Hannah Arendt porque, além de seu embasamento teórico, a situação dela, particularmente, é muito ilustrativa, uma vez que ela era de origem judia e viveu na época do totalitarismo e do nazismo de Adolf Hitler. De seus postulados podemos dizer que muitos inspiraram as correntes jurídicas que nos últimos anos estabeleceram as condições para o reconhecimento da dignidade da vida humana por meio da democracia.

Este é mais um importante papel deste Poder: reconhecer e trabalhar para que todos tenham o direito a ter direitos. Regulamentar o Estado de Direito, portanto, tem seu *locus* adequado, não no Palácio, mas nos cidadãos, nos Parlamentares e nos representantes da sociedade.

A autora, em reflexão sobre violência e paz, ilustrou que "*a distinção consistia em que os gregos, convivendo numa polis, conduziam seus negócios por intermédio do discurso, através, da persuasão, e não por meio da violência e através da coerção muda*". Senhoras e senhores, é fato que a essência do Poder Legislativo e o seu grande significado para a sociedade brasileira firmam-se no valor da palavra, do discurso e do debate de idéias, elementos vitais para a democracia.

Muito bem nos ensinou o grande professor e Deputado Florestan Fernandes sobre a força do argumento em detrimento do argumento da força. Aí está, a meu ver, um dos importantes papéis do Poder Legislativo, aquilo que a sociedade brasileira, de forma geral, não consegue hoje enxergar por conta da própria crise: promover o diálogo, a tese e antítese, em processo dialético imediato, processo necessário para a conduta ética de uma sociedade desenvolvida.

Portanto, senhoras e senhores, creio que todos nós, Câmara dos Deputados e setores da sociedade aqui representados, temos a incumbência de trabalhar em projetos de formação cidadã que promovam os valores democráticos. Tais projetos, aqueles que abram os caminhos para a formação democrática, a meu ver, alcançarão resultados surpreendentes. Afirmo isso baseada em exemplos que ocorrem dentro desta Casa.

Aqui na Câmara, sob a supervisão da 2ª Secretaria da Casa, hoje conduzida pelo Deputado Ciro Nogueira, o CEFOR realiza um programa chamado Estágio



Visita de Curta Duração. Nesse programa, cuja duração é de 5 dias, alunos de universidades do País todo têm a oportunidade de conhecer a Câmara como ela é na sua essência. O conteúdo ministrado inclui noções sobre o processo legislativo, visitas às Comissões Temáticas, ao plenário, debates, enfim, há uma série de atividades que mostram naturalmente o dia-a-dia do Parlamento, a atuação representativa de forma bastante interativa. Ao final dessa semana, o CEFOR faz uma avaliação e colhe várias impressões dos participantes, e eu vou apresentar algumas para os senhores.

*“O Estágio Visita de Curta Duração proporcionou situações, fatos e aprendizados além dos almejados pela maioria das pessoas que vão até Brasília. O cotidiano e bastidores do poder fascina qualquer universitário e brasileiro que conhecia, até então, tudo isso pela mídia, e, num piscar de olhos, esta lá, cara a cara com a 'Casa de Todos os Brasileiros'. As palestras, visitas, caminhadas e amizades conquistadas durante uma semana ficarão para sempre na memória de todos que em cinco dias conheceram as engrenagens que impulsionam e movimentam o nosso País.”*

Esse foi o depoimento de um universitário de Porecatu, Paraná.

Um outro comentário:

*“A possibilidade de conhecer a estrutura física, bem como o funcionamento interno da Câmara dos Deputados, favoreceu o maior conhecimento da vida política do nosso País. Visitar cada um dos locais da Câmara, e também ter a oportunidade de assistir palestras com pessoas que conhecem a fundo determinado assunto, permite um maior entendimento do que está sendo exposto. Por isso, o Estágio Visita foi uma experiência ímpar na minha vida e certamente todo aprendizado adquirido me acompanhará sempre.”*



Com esses exemplos, quero ressaltar que o intuito do CEFOR é fazer com que todos nós reconheçamos a necessidade de ações educativas. Temos que nos preocupar com a educação para a cidadania, educação para a democracia e educação para o argumento. A população brasileira precisa compreender o nobre papel da atividade política no processo de desenvolvimento de qualquer sociedade, e o CEFOR acredita que, com as devidas ações educativas, o comportamento ético do País certamente será positivamente afetado. Precisamos estar voltados todos para essa direção, buscando promover o diálogo vivenciado todos os dias no processo legislativo.

Às senhoras e senhores aqui presentes afirmo a minha crença de que todo projeto proposto e encaminhado nesse sentido será bem semeado pela administração e, certamente, oferecerá excelentes frutos.

Aos representantes das entidades aqui presentes, reforço o apelo para que também se empenhem nesta causa: educar para a democracia, educar para a consciência política; enfim, fazer, promover educação. Qualquer parceria nesse sentido resultará no engajamento necessário para que os problemas sejam encarados de forma objetiva e inteligente.

Ouvindo as palavras dos nossos colegas, em que um deles frisou que nós precisamos dar o exemplo, lembrei-me de uma historinha que dizem ter acontecido com Mahatma Gandhi. Uma senhora, com seu filho, o procurou num determinado dia e disse: mestre, por favor, convença o meu filho a não comer açúcar. Ele respondeu: volte daqui uma semana. Ela achou aquilo estranho, mas uma semana depois voltou com o filho: e agora, mestre? Aí, o mestre disse: olha, criança, realmente o açúcar não faz bem, pode prejudicar seus dentes; por favor, não coma mais açúcar. E a mãe, curiosa: mas, mestre, se era para dizer isso, por que o senhor não disse na semana passada? Por que na semana passada eu comi açúcar.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Paulo Piau) - Bom, agradecemos à Dra. Yara pela sua exposição.

Agora vamos tentar construir um pacto. São muitas instituições, e acho até que fomos felizes, porque alguns ultrapassaram o tempo mas ficamos dentro do esperado. Acho que conseguimos atingir o nosso objetivo com tantas instituições.





Queríamos fazer um pouco de debate também, um pouquinho, mas o pacto que queremos construir aqui é o seguinte: não passar das 13h de jeito nenhum. Às 13h nós fechamos de qualquer maneira, porque a fome aperta muito, né? Se quiserem, podemos fechar antes, mas é importante termos um pouco de debate. Há 2 Deputados que gostariam fazer uso da palavra, mas nós vamos abrir o debate e vamos mesclando.

Antes, porém, queria dizer que, quando se fala, pastor, “entre na roda com a gente”, “mutirão nacional”, dando uma navegada na Internet para estudar mais um pouquinho sobre ética, encontrei uma cantora que se chama Ana Carolina. Acho que vale a pena ouvirmos a mensagem dela no início de um *show* que ela apresentou. Vamos ver.

*(Segue-se apresentação de vídeo.)*

*Tem um texto aqui da Elisa Lucinda, chama-se “Só de Sacanagem”.*

*Meu coração está aos pulos!*

*Quantas vezes minha esperança será posta à prova? Por quantas provas terá ela que passar? Tudo isso que está aí no ar, malas, cuecas que voam entupidas de dinheiro, do meu, do nosso dinheiro que reservamos duramente para educar os meninos mais pobres que nós, para cuidar gratuitamente da saúde deles e dos seus pais, esse dinheiro viaja na bagagem da impunidade e eu não posso mais.*

*Quantas vezes, meu amigo, meu rapaz, minha confiança vai ser posta à prova?*

*Quantas vezes minha esperança vai esperar no cais?*

*É certo que tempos difíceis existem para aperfeiçoar o aprendiz, mas não é certo que a mentira dos maus brasileiros venha quebrar no nosso nariz.*

*Meu coração está no escuro, a luz é simples, regada ao conselho simples de meu pai, minha mãe,*



*minha avó e os justos que os precederam: "Não roubarás", "Devolva o lápis do coleguinha", "Esse apontador não é seu, minha filha". Ao invés disso, tanta coisa nojenta e torpe tenho tido que escutar.*

*Até habeas corpus preventivo, coisa da qual nunca tinha visto falar e sobre a qual minha pobre lógica ainda insiste: esse é o tipo de benefício que só ao culpado interessará. Pois bem, se mexeram comigo, com a velha e fiel fé do meu povo sofrido, então agora eu vou sacanear: mais honesta ainda vou ficar. Só de sacanagem!*

*Dirão: "Deixa de ser boba, desde Cabral que aqui todo mundo rouba" e vou dizer: "Não importa, será esse o meu carnaval, vou confiar mais e outra vez. Eu, meu irmão, meu filho e meus amigos, vamos pagar limpo a quem a gente deve e receber limpo do nosso freguês. Com o tempo a gente consegue ser livre, ético e o escambau."*

*Dirão: "É inútil, todo o mundo aqui é corrupto, desde o primeiro homem que veio de Portugal". Eu direi: Não admito, minha esperança é imortal.*

*Eu repito, ouviram? Imortal! Sei que não dá para mudar o começo mas, se a gente quiser, vai dar para mudar o final!" (Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Paulo Piau) - Essa é a força da sociedade e, com certeza, temos que fazer todos entrarem na roda.

Vamos, então, passar à fase dos debates. Temos um conjunto de lideranças, e todos gostariam de se manifestar, mas é claro que isso não será possível. Mas vamos abrir, como eu disse, se concordarem com o pacto de até às 13h, com 45 minutos de debate, e poderíamos aproveitar esse momento para algumas sugestões a mais.



Então, fica aberto o debate. Quem quiser se inscrever, por favor levante a mão. *(Pausa.)*

Tenho aqui uma lista de Deputados e uma lista de convidados, e vamos mesclar.

Vamos ouvir, então, o Deputado Eduardo Sciarra. Depois teremos Wilson Filomeno. Peço a todos que sejam o mais sucintos possível para dar oportunidade a mais pessoas.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO SCIARRA** - Bom-dia a todos. Saúdo o Conselho de Ética da Câmara Federal, em especial o Deputado Paulo Piau, nosso companheiro, pela iniciativa; saúdo a Mesa, composta por representantes de entidades, instituições que se preocupam, no dia-a-dia, com a melhoria do nosso País; saúdo os participantes, em especial o Dr. João Carlos Silveira, Grão-Mestre da Grande Loja do Paraná.

Ressalto a importância deste debate e da mobilização da sociedade para que possamos pensar em um país com um futuro melhor; em um país onde possamos imaginar que nossos filhos e netos vivam num ambiente mais saudável, num ambiente que seja pautado pela ética e pela moral.

Serei breve até em respeito aos demais.

Hoje vivemos uma situação de crise permanente em nosso País, em nossas instituições. O Congresso Nacional, onde nos reunimos, é fonte permanente também dessas distorções que temos acompanhado. Só vamos poder avançar de fato se houver uma grande mobilização da sociedade brasileira. O problema não é do Poder Público somente, mas de toda a sociedade.

Evidentemente, cada um tem de assumir o seu papel, e o que estamos fazendo aqui hoje é, sem dúvida, um exercício de cidadania daquilo que pode ser feito com a contribuição de todos.

Não queremos ser conhecidos como um país onde a Lei de Gerson é a que deve valer e não as leis que foram feitas para melhorar o nosso País. Neste sentido, são importantes os exemplos que possam ser dados pela sociedade.

Quando vemos uma reportagem de alguém que achou um dinheiro e devolveu, isso tem que ser valorizado sempre, da mesma forma que tem que ser valorizado um gesto do Nelson Piquet. Na semana passada, em Brasília, ele, atingiu



uma determinada pontuação na sua carteira de motorista e sentou no banquinho para fazer o exame. É importante transmitir para a sociedade que é assim que deve ser, e não, como disse um expositor, como o carro oficial que fura o sinal. Queremos que isso seja uma exceção de fato em nosso País, e não uma constante, como tem sido.

O Congresso Nacional, sem dúvida, tem que ser o primeiro a dar o exemplo, mas, infelizmente, isso não tem acontecido, por uma série de ações que têm sido realizadas.

Antes de encerrar, quero manifestar minha preocupação com o que vejo acontecer hoje em nosso País. Temos visto uma deterioração do ponto de vista ético e moral, apesar de avanços importantes. Vejo no mundo dos negócios o tema ética concorrencial sendo colocado com firmeza, com clareza; vejo avanços importantes em outros segmentos da sociedade, mas também vemos, infelizmente, uma degradação numa área muito importante, que é o seio, é a base da sociedade: na família. Vemos hoje o crime organizado desestruturando, envolvendo as famílias, e isso é muito preocupante. Acho que esse é um trabalho de toda sociedade, que deve se mobilizar para que possamos reverter esse estado de coisas.

Faço este registro e me congratulo com todos que participam deste momento, em especial com o Deputado Paulo Piau pela iniciativa. S.Exa. está de parabéns e queremos participar junto com todos desta mobilização.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Paulo Piau) - Agradecemos ao Deputado Eduardo Sciarra, do nosso querido Paraná.

Com a palavra o Sr. Wilson Filomeno.

**O SR. WILSON FILOMENO** – Deputado Paulo Piau, quero cumprimentá-lo pela felicidade do requerimento proposto e pela reunião realizada. Sou maçom e sei a honra que o irmão sente em pertencer a nossa instituição, que tem lutado de forma permanente pela melhoria das condições para o povo brasileiro.

Mas, como se trata de um debate, Deputado, e ficamos atentos a todas as manifestações realizadas, quero falar do sentimento de tristeza que tive quando um dos manifestantes fez aqui veemente discurso e, ao final das suas palavras, demonstrou que a ética para ele é apenas aquilo em que acredita.



O jovem e veemente Deputado Paulo Tadeu, da UNALE, aplaudido por todos pelas palavras aqui proferidas, ao final, pronunciou uma frase que caracterizou a sua personalidade. Disse, lamentando as vaias nos estádios, que as preferia ao uso das baionetas, ao silêncio das baionetas. Isso demonstra tacitamente que, infelizmente, no afã de querer manifestar seus sentimentos, alguns parlamentares esquecem que a sua ideologia não é o único caminho a ser seguido, porque, senão, não teríamos democracia; que suas crenças precisam, antes de mais nada, ser avaliadas no silêncio das noites indormidas, para que saibam se o caminho proposto é o melhor para toda a sociedade.

Nós, brasileiros, cidadãos sofredores pelos acontecimentos no País, não temos espaço para manifestar as nossas insatisfações e tristezas, mas não podemos negar que, numa reunião de mais de 80 mil brasileiros, as vaias proferidas são a manifestação da tristeza e da insatisfação pelos fatos ocorridos e pela forma como o País está sendo conduzido. Elas deveriam servir, sim, para uma reflexão, uma avaliação acerca da condição deste País por aqueles que são responsáveis pelos seus destinos. O pavilhão brasileiro hasteado na Praça dos Três Poderes, testemunha diuturna dos acontecimentos que, lamentavelmente, estão entristecendo o País, deve chorar lágrimas de sangue. As manifestações populares, sejam elas revestidas de sentimentos ideológicos, sejam elas revestidas de sentimentos patrióticos, deveriam servir como expressão do verdadeiro sentimento que os brasileiros hoje nutrem pela Casa que a eles pertence.

Faço esta manifestação, porque é muito fácil usarmos a tribuna, retirar-nos para o aconchego dos nossos gabinetes e não tomarmos ciência da repercussão das nossas palavras, como tem acontecido seguidamente.

Portanto, caro Deputado, registro aqui minha tristeza e indignação. Este País está precisando realmente de um grande movimento nacional. E quero deixar gravada a seguinte interrogação: será que o sentimentalismo pela sua ideologia que o faz cegar diante das verdades que gravitam em nosso País é ter ética?

Que essa interrogação faça parte das suas reflexões.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

Por fim, Sr. Presidente, para não voltar ao microfone, quero lembrar a oportunidade em que conversamos em seu gabinete, quando V.Exa. estava



preocupado com a seqüência do que vamos fazer. Aquele momento em que trocamos idéias serviu para que, posteriormente, refletíssemos sobre a importância dessa continuidade.

Movimentos dessa natureza precisam de bandeiras. A redemocratização — as Diretas Já — só foi possível porque havia uma bandeira muito forte, uma mensagem muito forte que mobilizou o País.

No início de sua manifestação, o Deputado lançou a expressão “pacto pela ética nacional”. Quero sugerir, se for permitido, que mudemos para “pacto nacional pela ética” e agreguemos todas essas instituições que aqui estão, Rotary, Lions, OAB, Maçonaria, enfim, todas as instituições capazes de mobilizar milhares de cidadãos brasileiros.

Que esse movimento da Câmara Federal possa ser coordenado pelo CEFOR e que nos seja atribuída a responsabilidade de, nas lojas maçônicas, nos clubes de Lions e Rotary, nas igrejas, na OAB, em todos os segmentos, promovermos a mobilização do sentimento nacional exatamente em torno desse pacto nacional pela ética. Assim, tenho certeza, em outubro teremos outro quadro da participação do cidadão brasileiro na reformulação do País, buscando melhores dias para o povo.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Paulo Piau) - Agradecemos ao companheiro Wilson Filomeno a efetiva contribuição.

Vamos ouvir o Deputado Lelo Coimbra, do Espírito Santo.

**O SR. DEPUTADO LELO COIMBRA** - Bom-dia a todos.

Saúdo o Conselho de Ética, na figura do Presidente em exercício e autor do requerimento, Deputado Paulo Piau, excelente Parlamentar de princípios éticos muito positivos; os convidados e, em particular, a Maçonaria. A presença dessa organização tão importante para a história brasileira é muito importante, e agradecemos por ela ter aceitado o nosso convite.

Exerço meu primeiro mandato de Deputado Federal. Sou médico por formação, fui Deputado Estadual por 2 vezes e Vice-Governador do Espírito Santo até dezembro do ano passado.



Quero saudar toda a Maçonaria, na figura do Sereníssimo Grão-Mestre Sérgio Gianordoli, uma das mais importantes lideranças da Maçonaria do Estado do Espírito Santo. (*Palmas.*)

Ao assumir o Governo do Espírito Santo, em 2003, encontramos o Estado em situação classificada pelos jornais nacionais, especialmente pelo jornalista Boris Casoy, como “*uma vergonha*”. O que fizemos no Espírito Santo foi e tem sido motivo de fortalecimento local e de referência nacional. Ao mesmo tempo, temos observado que todas as forças que obviamente desejam retornar ao *status quo* anterior estão presentes, na espreita, à espera, organizando-se. Quando percebemos, vamos lá e as desorganizamos, mas elas se realinham como as águas da chuva quando descem.

Faço essa reflexão para iniciar minhas palavras — e não vou me estender muito — a partir dessa experiência que vivenciei e vivencio.

Venho para a Câmara Federal com esse arcabouço, com esses pressupostos, com esses compromissos e com essa visão de política em relação à sociedade e ao papel das instituições.

Não tenho dúvida de que a Câmara dos Deputados, o Senado da República, o Congresso Nacional, como outras instituições, precisam ser referência para a sociedade. O fato de a sociedade não ver nessas Casas, nas instituições que referencia, algo no que acredita, justifica inclusive que, a partir daí, as deformações, as condutas e as transgressões possam se dar de maneira intensa.

Se a via do trabalho não paga justa remuneração e a via do crime organizado envolve remunerações que o mercado do trabalho não paga, há distorção da sociedade. Se, em razão de uma série de ações no cotidiano da vida, as instituições que se referenciam se apresentam frágeis, a sociedade também se fragiliza.

Não gosto de tratar o tema crise como algo impeditivo. Desde que comecei minha militância na vida pública — e tenho 53 anos de idade — escuto dizerem: “*Estamos na pior crise*”, “*Vivemos uma grave crise*”. Na realidade, o conceito de crise precisa ser redimensionado por nós, e essa é a primeira reflexão que eu quero fazer.

Crise é um processo natural de vivência das sociedades, é um processo natural que todos os organismos que se relacionam com a natureza vivem e, a partir



daí, dão um passo adiante, dão um salto adiante. Então, a visão de crise deve ser sempre vivenciada por nós como uma oportunidade de darmos um passo adiante. Quando vemos crises como a do Senado, crises como a do Parlamento, e não apenas no âmbito federal, mas também estadual e municipal, precisamos aprofundar a análise das oportunidades e ver que agenda se expressa numa palavra de ordem que conduzirá e construirá um marco importante.

A segunda reflexão diz respeito à sociedade de consumo, que envolve também a globalização. E vou dar como exemplo uma propaganda de TV que expressa isso tudo: a propaganda de um carro com motor *flexpower*. Mostra essa propaganda, primeiro, uma criança diante de 2 mamadeiras em dúvida sobre qual escolher; depois, já na adolescência, o mesmo personagem diante de 2 sapatos diferentes em dúvida sobre qual escolher; em seguida, na vida adulta, a dúvida é relativa a que mulher escolher entre 2 de diferentes cores — e, acredito que, se tivesse tido coragem, a propaganda colocaria uma opção homossexual; pouco depois, ele é mostrado num carro *flexpower*, ou seja, um carro em que pode colocar gasolina ou álcool. E, após colocar um dos 2 combustíveis, porque não é dito qual o escolhido, o personagem segue por um caminho que, logo à frente, se bifurca, mas ele não opta por nenhum dos 2, prefere abrir um terceiro caminho. O gesto poderia até ser interpretado como um conceito empreendedor, mas, no conjunto da propaganda, expressa ausência de escolha ou de obrigação de escolha. E essa questão é importante. Nós somos obrigados a escolher todos os dias, e a característica da nossa escolha determina o resultado do passo adiante.

O futuro não nos é dado pela divindade, o futuro não nos é dado pelo destino, o futuro não nos é dado apenas pela crença, o futuro nos é dado pelo que fazemos no dia-a-dia.

E a presença da Maçonaria aqui significa a construção do futuro. (*Palmas.*)

É muito comum encontrar nos gabinete — e muitos aqui já viveram isso — pessoas que se inscreveram num concurso e, no momento seguinte, vão nos procurar com uma cópia do número da inscrição. E essa mesma transgressão, em diferentes escalas, se processa em outros níveis e se processa aqui.

Portanto, estamos diante de uma conduta de sociedade que, ao perder no campo do consumo e em outras áreas a sua escala de valor, perde também a





referência de valores morais, de valores éticos e de valores sociais. O egoísmo se instala, e a sociedade se torna amoral. Fica até difícil julgá-la, porque não tem o conceito de moral. Ela passa a ser amoral. Tudo o que ela faz está certo. Ir para cá ou para lá tem o mesmo resultado, porque, no final, o encontro de contas é o mesmo, e todo mundo arranja uma forma de transigir, de transgredir ou de se omitir por meio do consentimento.

Lembro-me do amigo Orlando Bonfim, cineasta do Espírito Santo. O seu pai, durante a ditadura, foi jogado de um avião no oceano. E ele não aceitava a anistia negociada e dizia: *“O país que não se passa a limpo não reconhece o seu passado para dar um passo para o futuro. Quando ele transige e negocia o erro, não dá um passo adiante”*. A possibilidade permanente de negociar o erro facilita o estabelecimento da transgressão.

Por isso, os discursos são muito importantes, são belos e são fortalecedores, e a bandeira de uma instituição é fundamental. Precisamos do voto distrital misto, porque o político precisa ter claro o seu conteúdo e continente, o seu universo de representação e a relação com quem estabelece a sua representação. A política precisa ter financiamento público de campanha. Não dá para viciar o político a acumular dinheiro durante o exercício de uma função pública, principalmente executiva, com vista a financiar sua campanha ao final.

Esses temas têm de fazer parte dessa agenda. Se não mexerem nisso, a transigência e as transgressões serão regra, porque, no momento final, não as teremos superado. Exemplo disso é o que vivemos no Senado. Todos têm dito permanentemente que o erro do processo foi o Senador Renan Calheiros haver entregue documento que lhe serviu de contraprova. Esse é o elemento processual. Do ponto de vista público, moral e ético, o julgamento está feito.

Então, devemos refletir sobre essas questões.

Venho de uma experiência que quero ver florescer nesta Casa. Precisamos trabalhar muito. A situação não será resolvida apenas entre os pares, porque o sentimento de corporação está presente em todos que estão juntos, e é preciso que a sociedade se manifeste, apresente-se, referencie-se com bandeiras claras e, principalmente, não só para o lado e para cima, mas também para aqueles com quem nos referenciamos.



Os demolês se reúnem como uma juventude vibrante. Fizemos no Espírito Santo — e não pude estar presente — um belo encontro de Demolês no mês passado. Vamos construir os valores éticos e morais que permeiam essa sociedade, onde as escolhas são obrigatórias sempre, onde as crises têm de ser interpretadas e temos de saber qual o nosso papel em cada momento da crise.

Da mesma forma como cobramos, somos cobrados cotidianamente pelo que fazemos e pelo que vivemos.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Paulo Piau) - Obrigado, Deputado Lelo Coimbra.

Passo a palavra ao último inscrito, Fernando Ribeiro.

**O SR. FERNANDO RIBEIRO** - Deputado Paulo Piau, dirigente dos trabalhos nesta manhã, demais membros da Mesa, senhoras e senhores que vieram compartilhar conosco este momento que, naturalmente, ficará registrado em nossas vidas, meus cumprimentos.

O que nos motivou fazer uso da palavra foi a vontade de compartilhar com os senhores 2 reflexões.

Uma, à qual nenhum dos palestrantes fez menção, é sobre a ética em relação à vida. Em algumas cidades do Brasil, como Brasília, onde o movimento está muito vivo, ocorrerá uma marcha no dia 15 de agosto, realizada pela união de várias religiões, principalmente as igrejas cristãs, espíritas, budistas e outras.

Por que trouxemos esse assunto? É claro que é ético que estejamos aqui debatendo um dos grandes valores que a sociedade necessita, a ética, porque ela é que nos vai trazer harmonia, por estar profundamente ligada à moral. E isso, naturalmente, traz essa harmonia e tudo o que desejamos de bom para a sociedade. Mas, ao mesmo tempo, pergunto: será que é ético que sejamos capazes de debater sobre ética, sem dar a oportunidade a outros de conviverem conosco, privando-os da vida e, portanto, de amadurecer conosco em momentos como esse?

Fazemos outro questionamento, plagiando a ex-Senadora Heloísa Helena, a quem ouvimos na semana passada, na LBV, onde fica o centro desse movimento em favor da vida. Disse-nos S.Exa. que, em razão de algumas autoridades do Governo alegarem a necessidade de aborto por uma questão de saúde pública, ela



reage trabalhando os números do próprio Ministério da Saúde e dizendo como eles são expostos de forma absolutamente enganosa e, portanto, com absoluta ausência de ética para justificar esse procedimento como ação de saúde pública.

Sei que esse assunto é polêmico, Deputado. Sei que nem todos comungam desse mesmo pensamento. Mas não posso deixar de compartilhar com todos que aqui estão a necessidade de nós, de fato, percebermos que, se formos verdadeiramente éticos — e acredito que todos somos respeitadores desse Deus único que a história da religião nos trouxe, e o aceitamos como o grande gerador da vida —, precisamos deixar que nossa consciência fale mais alto e nos colocar em respeito a esse grande criador para que os nossos princípios éticos possam prevalecer e nossa consciência não nos cobre.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Paulo Piau) - Agradecemos ao Fernando Ribeiro a contribuição.

Mais alguém deseja tecer alguma consideração? (*Pausa.*)

Quero ressaltar a mobilização de todos, principalmente da Maçonaria, que elegemos como a maior comitiva. Devo esclarecer que não pedimos essa mobilização — e sei do esforço feito pelo companheiro Antônio José —, ela foi feita de livre e espontânea vontade, ao entenderem a importância dessa participação. E ficamos muito felizes. No seminário, evidentemente, faremos uma abertura bem maior. E, aí, sim, mobilizaremos outras lideranças. Mas quero ressaltar essa participação.

O Auditório Nereu Ramos é grande e dá a impressão de que está vazio. Se estivéssemos reunidos no plenário do Conselho de Ética, que é pequeno, teríamos ficado absolutamente desconfortáveis. Tomamos a decisão de vir para cá ontem. E, na verdade, não fizemos este encontro para um grande número de pessoas, mas, sim, para um grande número de lideranças.

Se todos estiverem de acordo, vamos entabular a idéia do pacto nacional pela ética, expressão definida pelo companheiro Wilson Filomeno, que parece ser a mais correta, junto ao CEFOR. A Dra. Iara não falou, mas o CEFOR já tem uma linha de trabalho definida. Tenho conversado com os técnicos, e eles consideram o desafio importante para a escola do Legislativo, mas é preciso seguir algumas formalidades.



O Presidente precisa de autorizar o CEFOR a entrar nessa linha de trabalho, especialmente pela questão da ética.

Então, seguindo essa estratégia, vamos tomar as providências.

Claro que o seminário de outubro será muito importante e servirá para fazermos uma avaliação mais completa, porque temos de ter metas e colher resultados. Não adianta realizar uma audiência pública e ficar por isso mesmo. Precisamos obter mais informações. Tivemos aqui grandes ensinamentos e, com certeza, o seminário servirá para consolidarmos esse pacto nacional pela ética.

Quero, antes de encerrar, lembrar uma frase de Martin Luther King: *“O que mais me preocupa não é a ação dos maus, mas a omissão dos bons.”*

Devo ainda dizer que a Associação dos Magistrados Brasileiros não se omite, as Lojas Maçônicas não se omitem, a Associação Nacional dos Membros do Ministério Público não se omite, a Comissão Brasileira de Justiça e Paz, da CNBB, e a Ordem dos Advogados do Brasil não se omitem, como também não se omitem a União Nacional dos Legislativos Estaduais — UNALE, a OAB do Distrito Federal, o Rotary Internacional, o Conselho Nacional de Igrejas Cristãs no Brasil e o Lions Internacional — e, com certeza, o CEFOR não se omitirá.

Agradeço de coração a todos os presentes. Para nós, integrantes deste Parlamento, o momento foi rico. Discutir ética é um desafio, mas estamos conscientes dos riscos e da grande missão que temos pela frente. Com certeza, com essa união, diante da bela expressão utilizada pelo Pastor Carlos, *“entre na roda com a gente”*, vamos fazer um mutirão em favor do pacto nacional pela ética.

Que Deus lhes acompanhe! (*Palmas.*)